

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2007 AI PORTUGAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2007

Índice

1. Nota prévia
2. Quadro operacional
3. Vector Programático Acção
 - 3.1 Campanhas e Acção
 - 3.2. Refugiados e migrantes
 - 3.3. Rede de Acções Urgentes
 - 3.4. Acções de lóbi
 - 3.4.1. O Trabalho Europeu, a AI AUE e a Presidência Portuguesa da UE
 - 3.4.2. TPI/ DI (Tribunal Penal Internacional / Direito Internacional)
 - 3.4.3. Outras acções de Lóbi
 - 3.5. Educação em Direitos Humanos
 - 3.5.1. Representações em Colóquios, sessões em escolas e outros
 - 3.5.2. Publicações
 - 3.5.3. Projecto Viver os Direitos Humanos
 - 3.6. Juventude
 - 3.6.1. Grupos de Estudantes
 - 3.6.2. Produção de Materiais
 - 3.6.3. Rede de Acções Urgentes Júnior
 - 3.6.4. Campo de Trabalho
 - 3.6.5. Projectos de Educação para os Direitos Humanos
 - 3.6.6. Contactos internacionais
 - 3.7. Editorial
 - 3.7.1. PLP
 - 3.7.2. EDAI
 - 3.8 Apoio e encaminhamento de casos individuais
 - 3.9 Trabalho contra o racismo
 - 3.10 Formações internas e externas
4. Vector Programático Crescimento
 - 4.1. Membros e Estruturas
 - 4.2. Evolução dos membros e activismo
 - 4.2.1. Grupos e Núcleos
 - 4.2.2. Co-Grupos
 - 4.3. Novos membros
 - 4.3.1. Sessões de Formação de Novos Membros
 - 4.3.2. Produção de Material Didáctico
 - 4.4. Angariação de Fundos

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

- 4.4.1. Face to Face (F2F)
- 4.4.2. Upgrade
- 4.4.3. Outros projectos de Angariação de Fundos
- 5. Comunicação e Imagem
 - 5.1. Newsletters
 - 5.2. Sítio na Internet
 - 5.3. Entrevistas à Imprensa
- 6. Vector Programático Responsabilização
 - 6.1. Responsabilização interna e evolução da situação financeira da Secção Portuguesa
 - 6.2. Mecanismos de responsabilização do FIF
- 6.3. Responsabilidade Social
 - 7. Reuniões Internacionais
 - 8. Relações institucionais/ Protocolos
 - 9. Conclusões

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2007 - AI PORTUGAL

Nota Prévia

Numa introdução a um Relatório de Actividades, em geral, faz-se isso mesmo: introduzem-se as áreas fundamentais que o enformam, descrevem-se sumariamente as actividades, as condições em que se desenvolveram, os aspectos mais relevantes e apontam-se caminhos decorrentes da análise dessas mesmas actividades.

Dito, em geral, passa-se, agora, ao particular de um ano marcado pelo desaparecimento do presidente da direcção, António João Simões Monteiro. E este penoso acontecimento iria não só marcar-nos a todos de uma forma muito concreta, mas marcar todo o trabalho que com ele se tinha planeado.

Foi em Maio, mas desde Março que o Presidente apresentava dificuldades em disfarçar que estava doente – como se recordam, já não pôde estar presente na Assembleia Geral. E como estar doente é diferente de ser doente, pensámos todos que estaria, somente, doente.

Depois, há a vida. Nasce a Sara (Pedra). E é entre "a morte e a vida", sem Directora Executiva, Cláudia Pedra, durante 5 meses, de Agosto a Janeiro de 2008, que a Direcção, já com poucos elementos e alguns muito pouco colaboradores e solidários, leva por diante os compromissos que assumiu.

Entre estes, as novas formas de activismo (como a troca de brinquedos, o trabalho com minorias étnica), o prosseguimento do programa "Face to Face", o desenvolvimento de relações institucionais (lóbi, relações com empresas, formação de agentes de autoridade – PSP, GNR e Exército), a participação no movimento internacional (discussão da nova estratégia para a Europa, Conselho Internacional, etc.), mas também a sobrecarga de exigências decorrentes da presidência portuguesa da União Europeia e a resposta a situações não previstas de emergência humanitária, como a campanha por Darfur. E cumpriu.

À "Troika"¹, que substituiu no cargo a Directora, e ao staff, no seu conjunto, se deve o apoio para o cumprimento dos objectivos definidos. Aos restantes membros dos corpos sociais, Conselho Fiscal e Assembleia Geral, agradece-se a disponibilidade na escolha das melhores decisões nos momentos críticos e na solidariedade interna.

Lucília José Justino
Vice-Presidente

¹ Filipe Páscoa, Irene Rodrigues e Luisa Marques

2. Quadro operacional

A Amnistia Internacional, como organização de direitos humanos, tem vários aspectos inovadores, e tem evoluído muito em termos de cultura organizacional, mas mantém no seu fulcro uma estrutura que lhe confere um dinamismo muito próprio – o facto de juntar voluntários e profissionais na luta pelos direitos humanos, coexistindo num espírito de dedicação e activismo. Assim, esta estrutura mista funciona em funções diferentes e complementares, formando uma só equipa.

Os funcionários, liderados pela Directora Executiva, devem implementar as orientações políticas e estratégicas definidas pela Direcção da AI Portugal. A Direcção e os funcionários da AI, trabalham diariamente para o cumprimento dos Planos da Secção: Plano Estratégico, Plano Operacional e Plano de Acção. Para que essa execução seja feita de modo adequado, há uma participação de todos na elaboração dos planos, o que confere à partida uma sensação de pertença a cada um individualmente e pressupõe uma responsabilização prévia do executante. De modo a que o plano possa ser devidamente monitorizado e sejam extraídas as devidas ilações, tanto para os casos de sucesso, como de insucesso, é feita uma avaliação trimestral qualitativa e pormenorizada das acções da secção. No ano de 2007 foram também encetados testes sobre uma grelha de avaliação quantitativa mensal, que só estará em funcionamento pleno em 2008.

A responsabilização pela execução das acções é alocada a funcionários específicos. A AI Portugal conta actualmente com 9 funcionários, onde se inclui a directora executiva, estando os restantes funcionários alocados a três grandes vectores: acções e campanhas, imagem e comunicação, angariação de fundos e crescimento. Como vector abrangente a todos, e a que a directora supervisiona directamente, está a questão da responsabilização/ accountability. Embora os funcionários tenham tarefas específicas, a polivalência é encorajada e todos os planos são interdependentes. Nas reuniões de staff são trocadas ideias e comentadas acções para aprofundar o nível de conhecimento geral e para debater questões específicas. Em todas as reuniões, quinzenais, há pequenas sessões formativas sobre as situações mais prementes a nível de direitos humanos, sendo que uma vez por mês é feita uma formação mais aprofundada de temas específicos. Estas formações quinzenais e mensais estão a cargo da directora, mas ocasionalmente são feitas por outros elementos da equipa. Também de modo a investir na formação pessoal e específica dos funcionários, estes participaram em acções de formação externas num total de 190 horas, em questões como o encetar de campanhas estratégicas (Londres); como ser porta-voz (Lisboa), migração e direitos humanos (Coimbra) e técnicas de angariação de fundos (Holanda).

Uma vez que o crescimento da secção levou a que a base de dados existente não suportasse a gestão da informação e dos contactos, a secção migrou a sua base de dados para uma ferramenta de CRM (*customer relations management* – gestão da relação com o cliente), que permite uma gestão mais adequada. O Salesforce a nível internacional foi trabalhado de modo a ser adaptado para o mundo das ONGs, tendo havido duas formações para funcionários da AI Portugal, uma na Dom Digital na Guarda, e outra a nível internacional, em Praga. Os objectivos desta acção de formação foram determinar uma forma, um modelo de dados e uma arquitectura de informação

comum para o universo Amnistia Internacional, uma vez que o Salesforce é uma solução de CRM, que apesar de potente, foi desenhada e desenvolvida na óptica da realidade empresarial e não do sector não lucrativo. Portugal destacou-se por ser, entre as presentes, a única secção a ter já bastante trabalho desenvolvido sobre o Salesforce, inclusivamente a integração com o sistema bancário de gestão de débito directo.

A Secção tem, aliás, dado mostras de dinamismo, inovação, profissionalismo e activismo, tanto a nível nacional como internacional, com uma procura cada vez maior, a nível nacional, como perita em direitos humanos, e a nível internacional, dentro do movimento da AI, como um exemplo de sucesso tanto na questão do crescimento, das formas inovadoras de fidelização dos membros e no trabalho longo, meritório e bem-sucedido a nível de educação em direitos humanos

3. Vector Programático Acção

3.1 Campanhas e Acção

É com base na visão de “um mundo em que cada pessoa desfruta de todos os Direitos Humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (...)”, que a AI sustenta a sua acção dia a dia, mês a mês, ano a ano.

O ano de 2007 foi pautado pela dinamização de três campanhas temáticas de extrema relevância, incidindo sobre a questão do comércio mundial das armas que urge uma regulação efectiva, sobre a questão da discriminação e a necessidade de se eliminar todas as suas formas, e sobre a questão da violência sofrida por milhares de mulheres e que é imperativo cessar.

Foi ainda dado enfoque a temáticas de Direitos Humanos, como a pena de morte, a fome e a pobreza, flagelos que no despontar de um novo século ainda obscurecem a dignidade humana de milhões de seres humanos.

E porque a AI não é uma organização passiva, nos momentos mais críticos e de agudização de conflitos, foi para a rua e fez barulho em solidariedade às vítimas das graves crises humanitárias vividas em pontos do planeta distantes, mas nem por isso esquecidos, como a Birmânia e o Sudão.

Campanha Controlar as Armas

Depois da aprovação do início das negociações de um Tratado Internacional de Armas, conseguida na Assembleia Geral da ONU de Outubro de 2006, o trabalho em torno desta campanha tornou-se mais restrito, e sobretudo dirigido aos governos para que acompanhassem de perto o seu desenvolvimento. Foi solicitado a todos os governos dos países membros da ONU que se pronunciassem sobre a exequibilidade, alcance e parâmetros do TCA.

A resposta do governo português foi ao encontro das principais recomendações da AI, frisando a importância de um envolvimento activo da sociedade civil e da participação da indústria no processo, o uso de acordos internacionais e do direito internacional consuetudinário como pontos de referência para o conteúdo do tratado e a cobertura de todas as armas convencionais, incluindo munições. A resposta do governo refere ainda o dever deste tratado de assegurar o

desenvolvimento sustentável, a paz regional e internacional, prevenir o desvio das armas e os conflitos internos e regionais, assim como os actos terroristas. Em simultâneo, deve assegurar aos Estados o direito de legítima defesa, tal como o direito a produzir, importar, exportar, transferir e deter armas convencionais, para atender a necessidades de segurança e permitir a participação em operações de manutenção da paz.

Apesar de o trabalho ser centralizado no lóbi, foi feito um esforço para a contínua sensibilização do público para o tema. Para tal foi concebida a iniciativa “Troca de Armas por Brinquedos” que se realizou no dia 22 de Setembro, em comemoração do dia 21 de Setembro – Dia Internacional da Paz e do Cessar-Fogo (ver anexo) Esta acção pretendeu promover a consciencialização das crianças, e dos seus pais, para o perigo das armas no mundo. Foi planeada em duas vertentes: para o público em geral e para professores e educadores. Para tal, foi produzido um kit com actividades sobre os temas em questão: armas, crianças-soldado, violência armada. A acção pública foi realizada em Lisboa (com organização da Sede), São Martinho do Porto (pelo Núcleo Oeste), Tomar (pelo Grupo 16/Ribatejo Norte) e Castelo Branco (pelo Núcleo de Castelo Branco). Nas escolas, foi dinamizada pela Escola 2,3 Nuno Gonçalves em Lisboa, onde a troca de brinquedos foi precedida por uma acção de sensibilização sobre o tema. Como factor positivo há a destacar o grande interesse da imprensa pela iniciativa (que contou com mais de 100 notícias nos vários meios de comunicação – imprensa escrita, rádio e TV), que poderá estar relacionado com o facto de ser uma iniciativa inovadora e representar outra forma de activismo, muito diferente do tradicional formato das cartas. Como factor negativo há a registar a pouca afluência das crianças, com excepção de São Martinho do Porto que recebeu mais de 80 crianças. A campanha foi ainda trabalhada a nível local por várias estruturas, que de diversas formas divulgaram as preocupações da AI. Alguns exemplos são a passagem de filme, seguida de debate, levada a cabo pelo Núcleo de Estremoz ou a exposição sobre crianças-soldado, feita pelo Núcleo de Castelo Branco e que acompanhou a acção “Troca de Brinquedos”. Também o Grupo 3 organizou um debate sobre o tema, e exibiu a exposição “Controlar as Armas”. Esta exposição, concebida em 2006, esteve ainda patente na Escola Secundária José Afonso em Loures, no Instituto Militar dos Pupilos do Exército, na Escola Secundária Manuel Martins, em Setúbal e na Biblioteca Municipal de Tondela, onde esteve durante todo o mês de Dezembro, e na qual foi realizada uma sessão de esclarecimento sobre o tema.

Campanha “Acabar com a Violência sobre as Mulheres”

Esta campanha teve um menor enfoque a nível nacional, apesar de ter sido delineado um plano de acção próprio que por falta de recursos humanos não foi implementado. Foi trabalhada a vertente internacional da campanha através do envio de cartas às autoridades dos vários países a seguir referidos e a divulgação de informação a nível externo e interno. A nível interno, foi enviada informação para os Grupos e Núcleos com propostas de actividades sobre os seguintes itens: igualdade de género no Irão; protecção de mulheres indígenas vítimas de violência sexual nos EUA; direitos das mulheres e jovens vítimas de tráfico e exploração sexual na Grécia; violência doméstica na Albânia; protecção das mulheres vítimas de violência sexual no Burundi e no final do ano a apresentação do Projecto Internacional “Safe Schools for Girls”, com adaptação ao contexto nacional prevista para 2008.

Como forma de dar maior visibilidade à campanha, foi decidido aliar o aniversário da Secção, a 18 de Maio, ao trabalho de várias activistas de Direitos Humanos. Desta forma foi concebida a iniciativa “Mulheres Activistas – os Direitos Humanos como motivação”. Do programa constou uma exposição sobre 26 mulheres activistas em todo o mundo, um debate com mulheres portuguesas que de formas diferentes dedicaram a sua vida à defesa dos DH, a peça de teatro “A Filha Rebelde”, e um debate sobre a peça com o autor, dramaturgista e atrizes da peça. Esta iniciativa, desenvolvida em colaboração com o Teatro Nacional D. Maria II, abriu caminho a uma parceria que pode ser muito frutífera para a AI, dada a excelente receptividade e entusiasmo da Direcção do Teatro. (ver anexo)

A exposição concebida para este evento, esteve depois patente na Bienal de Porto Santo, de 4 a 31 de Agosto de 2007. De referir que esta exposição esteve patente no aeroporto de Porto Santo, por onde passaram quase todos os visitantes da Bienal, que se somaram em cerca de 10.000.

Esta exposição esteve mais tarde em Estremoz, por iniciativa do Núcleo local, tendo servido de mote a um debate. A exposição resulta ainda num recurso importante para a divulgação da campanha “Acabar com a violência sobre as Mulheres”.

Os números e informações disponíveis sobre violência doméstica foram divulgados no relatório anual de 2007, assim como a informação sobre as reformas do Código Penal que alargavam a definição de violência doméstica para incluir os maus-tratos entre casais em união de facto, casais do mesmo sexo e ex-parceiros, bem com os abusos entre pais e filhos.

Vários grupos e núcleos participaram na campanha, divulgando-a de formas diversas através da imprensa (Grupo 33 / Aveiro), recolha de assinaturas para diferentes apelos (Núcleo de Matosinhos), encontros temáticos com música e poesia (Grupo 3) ou através de divulgação no meio escolar (Grupo de Estudantes da Escola Secundária de Ermesinde). Houve ainda uma acção levada a cabo pelo Grupo 3, sobre a Mutilação Genital Feminina (MGF), dirigida à comunidade africana da sua área, para assinalar o dia internacional para erradicação da MGF.

Outros divulgaram informação através dos seus blogs ou sítios.

Campanha da Não-Discriminação

Esta campanha teve início em Março de 2007 e é desenvolvida apenas no contexto europeu. Pretende-se com esta campanha sensibilizar para os vários tipos de discriminação: étnica, de género, com base na religião ou crença, orientação sexual ou deficiência.

Esta campanha beneficiou do facto de estar a decorrer o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos e Todas (AEIOT), cujo âmbito de acção incidiu sobre as mesmas formas de discriminação. A AI participou com alguma regularidade nas reuniões da Missão de Estrutura do (AEIOT), tendo divulgado as acções do Plano desta estrutura e participado em algumas delas. De destacar a nossa contribuição com materiais didácticos para a Exposição Móvel, que esteve em todas as capitais de distrito ao longo do ano, entre os quais o jogo interactivo “A ilha das Algas mágicas” e o livro “Contos de um Mundo com Esperança”. Participámos também na Festa da Diversidade com um stand de divulgação e participação no programa cultural através da intervenção do grupo de teatro de voluntários que representaram a peça “A incrível história das pessoas comuns”. A AI esteve ainda representada na Conferência de encerramento do AEIOT.

Quanto à campanha desenvolvida pela AI, numa primeira fase foram estabelecidos contactos com várias organizações que trabalham os diferentes tipos de discriminação na tentativa de reunir energias e realização de actividades conjuntas, de forma a dar mais visibilidade ao tema. Este objectivo foi cumprido essencialmente no lançamento da campanha, que se realizou no dia 21 de Março, através de um evento que contou com a participação de várias organizações com contributos variados: bancas de informação, exposições, dança e teatro. O contacto com as organizações foi depois mantido através do envio de informação relativo às acções internacionais, com enfoque na questão da discriminação no acesso à escola dos povos de etnia *Roma*. A nível interno, os grupos e núcleos, foram informados e convidados a desenvolverem acções sobre os seguintes temas: a discriminação étnica no acesso ao emprego na Bósnia Herzegovina e a dificuldade no acesso à educação das crianças de etnia *Roma* na Croácia e Eslováquia.

A campanha da discriminação foi ainda integrada nos programas do I Campo de Trabalho para Estruturas e no VIII Campo de Trabalho para jovens. No primeiro foram dinamizadas duas sessões: uma com a participação do Presidente da CIGLEI - Associação Social Recreativa e Cultural Cigana de Leiria – e outra com a participação da Associação Portuguesa de Deficientes e da Rede ex aequo; no segundo foram desenvolvidas três sessões paralelas: uma sobre discriminação com base na orientação sexual desenvolvida pela Rede ex aequo, outra sobre discriminação de género levada a cabo pela Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens e uma terceira sobre discriminação étnica novamente com a presença do Presidente da Ciglei.

A exposição “Auto-Cigano”, gentilmente cedida à AI durante os anos de 2007 e 2008 pelo fotógrafo Valter Vinagre, esteve patente na Bienal de Porto Santo, assim como na Semana Social da Câmara Municipal do Seixal. Nesta iniciativa a Presidente da AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento de Mulheres Ciganas Portuguesas, Olga Mariano, explicou aos visitantes alguns dos hábitos e tradições da comunidade cigana retratadas na exposição.

Olga Mariano, foi também uma das portuguesas escolhidas para figurar na exposição “Mulheres Activistas”, apresentada no evento do 26º aniversário da AI Portugal, que explica o seu percurso e luta pelo reconhecimento dos direitos da comunidade cigana em Portugal, em particular das mulheres.

Vários grupos e núcleos desenvolveram acções sobre esta campanha através de diferentes formatos: debates (Grupo de Estudantes da Escola Secundária Ermesinde, Núcleo de Matosinhos, Núcleo de Estremoz) ciclos de cinema (Grupo Local 6), artigos de opinião (Grupo 33 / Aveiro) e recolha de assinaturas.

O desenvolvimento desta campanha permitiu criar bases para trabalhar áreas em que a AI tinha normalmente pouca implantação e reforçar laços com alguma organizações, nomeadamente as da comunidade cigana e as que trabalham a discriminação com base na orientação sexual.

Outras campanhas e acções não globais

Além do trabalho nas principais campanhas globais, a AI Portugal participou em outras campanhas e acções, nomeadamente a resposta a crises, tendo levado a cabo acções sobre Darfur e Myanmar.

PorDarfur - Uma campanha

Segundo o Relatório da Amnistia Internacional de 2007, em Darfur "pelo menos 200 000 pessoas foram mortas, 2.5 milhões internamente deslocadas e dezenas de milhar que escaparam aos assassinatos, violações e pilhagens vivem em campos de refugiados na Republica Centro Africana e no Chade, impossibilitadas de regressar às suas aldeias."

A AI afirma no mesmo documento que "a combinação de falta de vontade política e de capacidade da União Africana para travar os conflitos em curso em regiões como o Darfur, e a apatia de uma comunidade internacional que tinha a capacidade, mas não a vontade, de o fazer, deixou milhões de civis à mercê de governos beligerantes e senhores da guerra brutais."

Foi perante estes factos, a apatia generalizada da sociedade portuguesa para o drama humanitário em curso e a perspectiva de uma possível organização da Cimeira Europa-África no nosso país, no quadro da Presidência Portuguesa da União Europeia, que a Secção Portuguesa foi desafiada pelos Missionários Combonianos a unir esforços com outras organizações portuguesas² para lançar uma campanha comum com os objectivos de sensibilização da sociedade portuguesa, lóbi junto dos responsáveis políticos e recolha de fundos para a ajuda de urgência às vítimas de Darfur.

A "Campanha porDarfur" foi apresentada publicamente no dia 7 de Agosto, numa conferência no Clube de Jornalistas, em Lisboa, e contou com o testemunho do jornalista e missionário português Vieira da Silva, que vive no Sudão.

Ao longo dos 4 meses que se seguiram e precederam a Cimeira Europa-África foram realizadas cerca de duas dezenas de iniciativas de sensibilização, tais como o "Dia Global por Darfur" - concentração no Largo de Camões em Lisboa com música, depoimentos, petições (16 de Setembro) -, a participação na 8ª Meia Maratona (uso de dorsais pelos concorrentes), vigílias (em simultâneo no Porto e Lisboa), exposições, debates, sessões em escolas, colégios, universidades.

No dia 16 de Setembro, aproveitando o Dia de Acção Global por Darfur, realizou-se no Chapatô, uma festa que teve como principal objectivo a promoção do CD Make Some Noise – The Campaign to Save Darfur. No local foram passadas as músicas e imagens das gravações do CD.

Em Dezembro foi apresentada a colectânea "Frágil - Artistas Portugueses porDarfur", um CD duplo original, com a colaboração de cerca de vinte artistas, em Coimbra, Lisboa e Porto (com a presença, na apresentação, de activistas da secção); foram realizados spots de rádio e TV com figuras públicas, inaugurada a Exposição Fotográfica internacional Darfur-Darfur, com a presença do advogado sudanês Salih Oshman, Prémio Sakarov 2007 dos Direitos Humanos, o

² Missionários Combonianos, Fundação Gonçalo da Silveira, Comissão Justiça e Paz, Antena Fé e Justiça, Tese, ProDignitate e outras. Pela secção, foi responsável a vice-presidente.

bispo Daniel Kur, responsável por um projecto que permite a frequência da escola a cerca de 300 mil crianças em campos de refugiados, Fernando Tordo (em representação dos artistas que colaboraram na colectânea), Dr^a Maria Barroso e a representante da secção portuguesa, Lucília José Justino, que fez uma intervenção nessa qualidade.

No dia 6 de Dezembro, a preceder a Cimeira Europa-África, Darfur constituiu um dos painéis da Conferência Internacional “Direitos Humanos e Desenvolvimento: Uma estratégia para África”, organizada pela secção portuguesa, na qual participaram o Prémio Sakharov, um jornalista sudanês e o padre Leonel Claro pela campanha porDarfur. No dia seguinte foram entregues mais de 25.000 assinaturas numa petição ao Gabinete do Primeiro Ministro português.

Perante a escassez de recursos económicos e a necessidade de informar, sensibilizar e mobilizar o maior número de pessoas, a Campanha optou por uma estratégia de comunicação baseada em acções que pudessem ser mediatizadas e disponíveis num site na internet, complementado com a divulgação do seu endereço em anúncios difundidos gratuitamente (portal sapo, spots de rádio, TV, panfletos,....) e no próprio site da secção.

Também a criação da marca *porDarfur* representou um aspecto inovador, para além de outros, em termos comunicacionais.

São certamente incontáveis as horas de trabalho que muitas pessoas deram a esta campanha e a quem nunca se agradece demais (para além da secção, de colaboradores vários, artistas, jornalistas, figuras públicas, paróquias, entidades como ESCS, Escola Superior de Comunicação Social, EPCI, Escola Profissional Ciências da Informação, a agência DnE, Portal Sapo, da Revista Além-Mar, Crisis Action...), mas um dos primeiros resultados é já uma realidade: até ao final de Dezembro foram reunidos e enviados cerca de 42.000 euros aplicados directamente no projecto "Uma escola para Nyala", que previa inicialmente apoiar 200 crianças e envolve agora mais de 700, de acordo com informação do Padre Feliz, no terreno³.

Apesar de se tratar de uma campanha de urgência, como tal não prevista no plano inicial da secção, respondeu-se de um modo muito eficaz e, em muitos aspectos, inovador. Reconhecido, aliás, nacional e internacionalmente.

A avaliação desta campanha constituirá um elemento imprescindível a ter em conta, quer em situações futuras de urgência, quer mesmo ao nível do trabalho planificado: quanto à necessidade de colaborações/parcerias para uma maior capacidade e intervenção na sociedade, aproveitamento de sinergias e aprendizagens mútuas, o desenvolvimento de boas práticas relativamente às relações humanas (respeitando modos de ser diferentes, contributos diversos, ritmos), à operacionalização logística (actualização da documentação em simultâneo com progressos conseguidos, por ex), à partilha de recursos materiais, à gestão financeira e outros.

³ Todas as informações no site da Campanha: www.pordarfur.org;

No fundo, trata-se de usar o que de positivo e menos positivo teve todo este processo para fazer melhor. No futuro⁴.

Myanmar

A AI acompanhou a situação desde a eclosão da crise, tendo o Secretariado Internacional de forma quase inédita, respondido nos primeiros dias com uma proposta de acção pública que estendeu a todas as Secções.

A Secção começou por divulgar as suas posições e preocupações na imprensa. Poucos dias depois do início dos acontecimentos enviou uma Acção Urgente a todos os membros e apoiantes pedindo-lhes a sua intervenção. Os membros aderiram de imediato, tendo havido inúmeros contactos confirmando a participação nos apelos e sugerindo a organização de uma acção pública de sensibilização.

Em paralelo foram dirigidas cartas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pedindo a sua possível intervenção junto das autoridades do Myanmar.

Por iniciativa da União Budista, realizou-se uma vigília de solidariedade à qual a AI se associou convidando os membros e apoiantes a participar. Na vigília, coberta por diversos meios de comunicação incluindo todos os canais de TV, estiveram cerca de 200 pessoas.

O trabalho sobre o Myanmar continuou até final do ano, através de acções de lóbi focadas no Conselho de Direitos Humanos e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, pedindo a intervenção destes organismos, respectivamente, para exercerem pressão para a libertação dos detidos e imporem um embargo de armas a este país.

A propósito da Cimeira UE-India a Secção apelou à presidência portuguesa da UE que recomendasse ao governo indiano o exercício da sua influência junto do Myanmar para travar as graves violações dos direitos humanos, para que não exportasse armas para o Myanmar e para que apoiasse o embargo de armas, a ser adoptado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. A situação no Myanmar foi ainda alvo de notícias regulares no site da Secção.

Accções em dias Especiais

13 de Maio - Marcha contra a fome

A AI foi mais uma vez parceira institucional na Marcha Contra a Fome, apoiando a divulgação deste evento. A divulgação foi feita no site, por e-mail e nas newsletters.

À semelhança do ano passado, as organizações participantes incluíram materiais nos sacos distribuídos aos participantes. A AI produziu um flyer para este evento, não só por ser menos dispendioso a produção de um flyer próprio em vez da distribuição do folheto institucional, mas também porque permitiu orientar a nossa comunicação para os DESC (direitos económicos, sociais e culturais). O flyer tinha como tema a relação pobreza e direitos humanos, dando uma perspectiva do trabalho da AI nesta área.

No dia do evento foi assegurada representação institucional, no entanto mais uma vez, faltou nos discursos a referência às organizações que promoveram o evento. A marcha contou com a participação de mais de 10.000 pessoas.

⁴ Na Assembleia Geral de 29 Março de 2008 será apresentada toda a Campanha.

17 de Outubro - Dia da Erradicação da Pobreza

A AI divulgou a acção “Levanta-te contra a Pobreza”, uma iniciativa da Campanha Pobreza Zero. Esta acção foi divulgada no site e na newsletter dos Grupos/Núcleos, onde estes foram convidados a desenvolver acções sobre esta temática.

O Núcleo de Castelo Branco assinalou o Dia Internacional para Erradicação da Pobreza juntamente com o Agrupamento de Escolas José Sanches de Alcains e a Escola Secundária Nuno Álvares, em Castelo Branco. Em todas as salas de aula do Agrupamento de Alcains, no dia 17, às 10H20, alunos e professores levantaram-se e leram o manifesto contra a pobreza, juntando-se assim a este apelo global. Na Secundária Nuno Álvares as actividades decorreram ao longo de todo o dia, com a apresentação de uma comunicação sobre o tema da pobreza, leitura do manifesto e outras actividades.

30 de Novembro – Iniciativa Mundial “Cidades para a Vida”

O evento “Cidades para a Vida, Cidades contra a Pena de Morte” é uma iniciativa mundial, organizada pela Comunidade de Sant’Egidio (Roma) à qual a AI se associou.

À semelhança de 2006, foram contactados todos os municípios portugueses, para que no dia 30 de Novembro iluminassem o pelourinho ou local de igual importância simbólica. Ao iluminar este tipo de monumento, as cidades estariam a apelar à abolição universal da pena de morte. Foi ainda solicitado que os municípios que aderissem, publicitassem nos seus próprios sites, através da inclusão da frase “Cidade pela Vida, Cidade contra a Pena de Morte” junto do brasão/símbolo da cidade. A adesão dos municípios foi divulgada no nosso site, assim como no site internacional *citiesforlife.net* onde constavam os nomes de todas as cidades participantes a nível mundial.

Em Castelo de Vide, a Vice-Presidente da Direcção participou no lançamento do livro “As forcas do Concelho de Portalegre” como oradora sobre a AI e a Pena de Morte, tendo sugerido ao Presidente da Câmara a participação no evento “Cidades para a Vida” em 2008, através da colocação de uma placa, no local da forca, em memória dos condenados. A sugestão foi aceite, estando prevista a realização de um evento conjunto da autarquia com a AI para esse efeito.

Participaram 26 Câmaras Municipais: Ansião, Batalha, Benavente, Câmara de Lobos, Cascais, Castelo de Paiva, Castanheira de Pera, Celorico da Beira, Castro Verde, Évora, Ferreira do Alentejo, Gouveia, Lisboa, Matosinhos, Marco de Canavezes, Miranda do Corvo, Monforte, Óbidos, Ovar, Paredes, Paredes de Coura, Rio Maior, Seia, Tavira, Vila Nova de Famalicão e Vila Nova de Paiva.

Os Grupos/Núcleos foram convidados a colaborar nesta iniciativa, contactando os municípios da sua área. O Núcleo de Matosinhos e o Núcleo de Crianças de Vila Nova de Famalicão deram seguimento a estes contactos, tendo garantido a participação destas Câmaras. No caso de Matosinhos, houve lugar a um evento simbólico junto da Casa de Brito e Cunha que foi condenado à morte e executado devido os seus ideais pela Liberdade.

O Grupo 14 de Lourosa, assinalou também o dia com um evento simbólico em colaboração com a Junta de Freguesia.

O balanço geral foi positivo uma vez que proporcionou a colaboração com várias entidades em simultâneo e envolveu os Grupos/Núcleos numa acção que pretendia ter repercussão nacional. Nos contactos feitos pelos meios de comunicação, estes pretendiam saber se haveria algum evento associado para fazerem reportagem. Em futuras iniciativas deve ser sugerido um evento paralelo aos municípios, de forma a tornar mais visível a acção. Apesar disso a iniciativa foi referida nos seguintes meios: Metro, Meia Hora, Destak, Portugal Diário, RR, Região Sul, Correio da Manhã, Primeiro de Janeiro, Página 1, Açoreano Oriental, Antena Minho, Lusa.

10 de Dezembro - Maratona de Cartas 2007

Esta foi a 7ª edição da Maratona de Cartas e o 5º ano em que a AI Portugal participa. Este ano não houve evento público associado, realizado pela Secção, optando-se pela divulgação entre os membros e apoiantes e no site e através de email.

Os casos escolhidos foram sobre a China, Federação Russa, Honduras, Iraque e Vietname. Além do pedido de envio de cartas às autoridades, foi também pedido aos participantes que enviassem cartas de solidariedade às pessoas visadas nestes apelos.

Os grupos/núcleos foram encorajados a desenvolver os seus próprios eventos. Participaram na Maratona o Núcleo Oeste, o Grupo 16/Ribatejo Norte, o Grupo de Estudantes da Escola Secundária Antero de Quental, nos Açores e o recém-formado Grupo de Estudantes do Colégio de São Miguel em Fátima.

Além dos Grupos/Núcleos, esta iniciativa foi também divulgada entre uma lista de escolas que haviam contactado a Secção a propósito das comemorações do 10 de Dezembro. A Escola Secundária Padre Alberto Neto, em Queluz, levou a cabo esta iniciativa.

Houve ainda alguns membros que participaram na Maratona a nível individual.

No total foram escritas 1483 cartas, o que significou um pequeno aumento em relação a 2006 (1294 cartas).

3.2. Refugiados e migrantes

Sob a supervisão directa da Directora, esta área tem trabalhado a nível de queixas individuais (**ver Apoio e encaminhamento de casos individuais**), e de lóbi recomendado a nível internacional. Das muitas acções recomendadas destacam-se as dezenas de acções urgentes, realizadas para situações tão variadas como o Darfur, Israel e os Territórios Ocupados, EUA, Iraque, entre outros.

Parecer do Grupo de Juristas da AI Portugal sobre a Convenção das Nações Unidas para a Protecção dos Trabalhadores Migrantes e das Suas Famílias

Tendo sido solicitado ao Grupo de Juristas um parecer sobre a importância de o Estado português assinar e ratificar a Convenção supra citada, o grupo concordou com a necessidade dessa ratificação e chegou às seguintes conclusões (resumidas, ver parecer completo em anexo):

- a Convenção não cria novos direitos, mas apenas reúne o resguardo legal das três gerações de direitos humanos, dos quais qualquer ser humano é titular, mesmo sob a égide da migração;

- A migração, enquanto tentativa de procurar uma vida melhor, seja pela busca de melhores oportunidades, paz ou liberdade, é uma condição humana, na qual todos os Seres Humanos se podem encontrar, seja qual for a sua nacionalidade.
 - A Convenção clarifica que TODOS os migrantes são pessoas e, como tal, sujeitos de direitos humanos, pelo que o trabalhador migrante não pode ser visto como um bem ou mercadoria, um mero elemento de um fenómeno económico.
 - o papel da migração no desenvolvimento, não só económico, mas também cultural, de um país, mormente pela relação causa-efeito entre a diversidade e progresso. Proteger o trabalhador migrante não é, assim, uma questão de mera solidariedade e justiça mas também uma alavanca ao progresso.
 - A Convenção concretiza a tutela de direitos aos migrantes irregulares, como seja o direito à vida, a proibição da tortura, da escravatura e de trabalhos forçados, a liberdade de pensamento, consciência e religião, a liberdade de expressão, o direito à vida privada e à honra, o direito de propriedade, o direito à liberdade e à segurança, o direito a um tratamento digno pelas forças administrativas e policiais, o direito de igualdade perante a lei, o direito de acesso à justiça e às suas garantias, o direito à informação, a proibição de medidas de expulsão colectiva, o direito a protecção e assistência diplomática, o direito de acesso a cuidados médicos urgentes, o direito dos filhos dos trabalhadores migrantes no acesso à educação e o direito ao respeito pela sua identidade cultural.
 - A Convenção surge como vontade em reafirmar os direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias, trazendo consigo mecanismos de protecção da Convenção (exigência de apresentação de Relatórios Periódicos, possibilidade de Comunicações Estaduais, de Comunicações Individuais, e consequentes recomendações do Comité, órgão este fiscalizador da Convenção), semelhantes aos “*remedies*” das restantes convenções, permitindo fiscalizar o cumprimento das normas previstas.
- Conclui-se então que, não se encontrando motivos de ordem jurídica que justifiquem a não ratificação, resta procurar as razões na vontade política e no receio popular e infundado à imigração, que não raras vezes lhe atribui a responsabilidade pela criminalidade e pelo desemprego, lembrando-se que a Convenção em nada contraria ou frustra a ordem interna e respectivas limitações à imigração, surgindo apenas como instrumento garante dos direitos de todos os migrantes.

3.3. Rede de Acções Urgentes

Foram enviadas em 2007, 33 acções urgentes em francês, 34 em Inglês e 21 em português, num total de 88 casos diferentes que foram assim trabalhados pela Rede. Estas acções terão criado, em caso de envio por todos os inscritos, cerca de 14.000 apelos.

Neste ano, foi feito um trabalho intenso no sentido de actualizar a Base de Dados, corrigindo endereços de e-mail e moradas desactualizadas, de forma a garantir menos custos e que os e-mails enviados fossem efectivamente recebidos pelos membros. Este processo, levou a que 41 inscrições na Rede de Acções Urgentes fossem eliminadas, por não haver forma de entrar em contacto com os membros. Apesar deste número, em 2007 inscreveram-se 249 novos membros

da RAU, chegando assim a RAU ao final de 2007 com 597 membros, o que se traduziu num aumento substancial de 86% em relação ao ano anterior.

As situações mais frequentemente trabalhadas são de "Ameaças à segurança", "Tortura e Maus-Tratos" e "Pena de Morte". É de realçar também o aumento das respostas obtidas pelos membros, bem como o facto de se ter iniciado o envio aos membros da RAU dos follow-ups das Acções em que estes participaram. Isto traduz-se numa maior motivação por parte dos membros, pois passaram a saber, efectivamente, o resultado do seu trabalho.

3.4. Acções de lóbi

3.4.1. O Trabalho Europeu, a AI AUE e a Presidência Portuguesa da UE

A AI Portugal, participa desde 1995, como secção fundadora dum projecto das secções europeias com vista a colocar os direitos humanos no coração das políticas comunitárias. Esse Projecto (Brussels Project/EC Project) deu origem à AI EUA, Associação da União Europeia, uma intervenção especificamente orientada para as matérias da UE – sejam elas de natureza institucional, de natureza interna, ou das relações externas, cobrindo diferentes técnicas de intervenção, do lóbi, a todo o tipo de campanhas.

A EUA tem uma direcção de membros voluntários eleitos e um corpo profissional especializado dirigido por um Director, na sede da Associação, em Bruxelas. A secção portuguesa é representada no Conselho da EUA por Victor Nogueira, sendo normalmente representada pela Directora, Cláudia Pedra, nas reuniões de profissionais (lóbistas). A coordenação das questões europeias na Direcção foi assegurada por Joana Froes.

O trabalho europeu da Amnistia Internacional não se limita contudo ao trabalho sobre e com a União Europeia, ou coberto pela intervenção da EU Association – de resto, não há sequer estruturas da AI em alguns dos países da União, como é, entre outros, o caso dos países bálticos. O Secretariado Internacional também assegura investigação, acção e lóbi dirigido a outros países europeus não membros da UE (particularmente em países do Centro e Leste Europeu e da ex-URSS) e também trabalha com outras Organizações Intergovernamentais europeias, como o Conselho da Europa e a OSCE.

O Conselho Executivo Internacional iniciou a revisão do trabalho europeu da AI com vista a uma nova definição estratégica, em cujo processo de consulta a secção tem participado.

Em todo o caso, para lá do trabalho do Secretariado Internacional (IS), escritório de Bruxelas da AIEU (EU Office) produz e envia para as secções informação diária, sobre as alterações a nível legislativo e as orientações políticas das várias instituições da UE. O lóbi regular e frequente feito pela própria AUE junto de todas as instâncias comunitárias (Conselho, Comissão, Parlamento Europeu) e governos nacionais traduz-se em inúmeras acções ao longo do ano, que variam desde a tomada de posição da AI sobre a imigração irregular e o tráfico de seres humanos, até ao Conselho de Direitos Humanos, passando por negociações comerciais e reuniões bilaterais com países de fora da UE.

Uma das preocupações da EUA é acompanhar as Presidências rotativas, definindo prioridades de acordo com os objectivos internacionais da AI, a evolução dos dossiês comunitários e as principais preocupações ou ambições do país que exerce a Presidência.

Sendo Portugal o país responsável pela Presidência da UE no segundo semestre de 2007, foram desenvolvidos múltiplos contactos telefónicos e por e-mails e realizadas duas reuniões em Bruxelas – uma das quais com Cláudia Pedra e Victor Nogueira para a preparação do Memorando orientador da Presidência Portuguesa, mas que também versaram aspectos organizativos e de conteúdos, produção de documentação específica e preparação de todo o trabalho de lóbi e de planeamento de actividades e reuniões, nomeadamente com o Ministério (ver anexos).

A Presidência da UE representou um desafio, mas também um acréscimo de trabalho e de responsabilidades. Para tal foi constituído um Grupo de Trabalho sobre a Presidência Portuguesa da UE (PPUE). Esse grupo foi supervisionado por Victor Nogueira, integrando também Joana Froes e Cláudia Pedra, posteriormente substituída – por razões de licença de maternidade – por Filipa Gaspar, expressamente contratada para assegurar a coordenação executiva da Presidência e de um grupo de trabalho de 6 pessoas, actuando em áreas fulcrais da agenda europeia em matéria de direitos humanos, nomeadamente: asilo e imigração; terrorismo e direitos humanos; política de vizinhança da UE; racismo, xenofobia e discriminação; campanhas da AI na Presidência; pena de morte; defensores de direitos humanos; cooperação e desenvolvimento. Foi assegurada uma formação especializada em lóbi e questões europeias ao grupo de trabalho, por parte de duas responsáveis do EU Office, Joana Gomes-Cardoso e Natalia Szcucka.

Para a passagem simbólica do testemunho da Presidência alemã para a portuguesa, do 1º para o 2º semestre, Victor Nogueira foi convidado para participar como dinamizador de dois workshops (sobre as presidências europeias e a política europeia de asilo) realizados em Munique, por ocasião da Assembleia Geral da secção alemã.

O lançamento oficial do Memorando da AI para a Presidência portuguesa – “Ambições e ambivalência da política de direitos humanos da UE” – foi feito numa conferência de imprensa com a presença de Dick Oosting, Director da EUA, que, em conjunto com representantes da secção, o apresentou ao Secretário de Estado da Cooperação, João Gomes Cravinho, em nome do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Memorando sintetizava dez pontos de acção para uma política coerente e credível de Direitos Humanos na UE da Presidência Portuguesa:

1. Definir parâmetros para a política interna de Direitos Humanos da UE, de forma a estabelecer um papel efectivo para a Agência Fundamental de Direitos Humanos, em complementaridade com o Conselho da Europa, e coerente com o esforço externo da UE, a nível dos Direitos Humanos.

2. Fornecer relatórios complementares concretos aos inquéritos relativos ao envolvimento europeu na actividade ilegal dos EUA na Europa e manter a luta da UE contra o terrorismo estritamente dentro dos padrões de direitos humanos do direito internacional.
3. Agir no sentido de melhorar o quadro legislativo da UE, de forma a eliminar todas as formas de discriminação.
4. Preencher as lacunas de protecção existentes nos actuais de instrumentos de asilo e melhorar a qualidade do processo de tomada de decisões.
5. Garantir os Direitos Humanos na gestão da imigração irregular e assegurar salvaguardas para o retorno em segurança e dignidade das pessoas que não têm direito a permanecer no território da UE.
6. Assegurar uma dimensão de Direitos Humanos forte e consistente nos processos de alargamento da UE e num âmbito mais abrangente das políticas de vizinhança.
7. Continuar a pressionar os parceiros-chave estratégicos, no sentido de colmatar as suas deficiências a nível dos Direitos Humanos e assumir as suas responsabilidades como actores internacionais.
8. Colocar os Direitos Humanos no centro das relações e da cooperação EU - África.
9. Fortalecer a implementação das directrizes da UE sobre os defensores de direitos humanos e sobre a tortura, e iniciar uma revisão das directivas relativas aos diálogos sobre os direitos humanos.
10. Realçar o papel central dos direitos humanos na prevenção de conflitos e nas operações de gestão das crises da UE.

Como se pode depreender, não era de esperar que a maioria destes dossiês pudessem ser encerrados neste semestre, continuando a grande maioria deles (oito) na agenda da actual presidência eslovena, mas foram realizadas acções com relevo por parte da nossa secção.

Em matéria de lóbi, a maioria das actividades centraram-se na campanha em prol da Moratória sobre as Execuções, no domínio do contra-terrorismo e rendições extraordinárias, nos defensores dos direitos humanos e nas liberdades de expressão, opinião e imprensa na Rússia e, ainda, em torno da estratégia UE - África

Através da coordenação com o EU Office foram, ainda, encetadas diversas acções de lóbi junto dos CAGRE (Conselhos de Assuntos Gerais e Relações Exteriores), abrangendo as mais diversas temáticas. Foi dado um enfoque especial às questões das migrações, asilo e refugiados no Iraque, Líbia e Palestina e à questão do Myanmar. (ver anexos)

No âmbito da campanha das rendições foram encetadas inúmeras acções dirigidas à PPUE, aos Membros do Parlamento Europeu, Procuradoria Geral da República e à Assembleia da República.

Em matéria de pena de morte, no âmbito da Moratória sobre as execuções, foi desenvolvido um trabalho intenso pelo GTPPUE dirigido não só aos países retencionistas, como a países de grande influência regional, bem como à própria PPUE tendo em vista a Conferência de Alto Nível de 9 de Outubro, que proclamou o dia Europeu contra a Pena de Morte.

Neste âmbito foram obtidos resultados muito positivos que culminaram na adopção da Moratória sobre as Execuções durante a 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

Para além das acções de lóbi, realizaram-se acções públicas variadas chamando em resposta a situações de crise, com impacto público variado, mas geralmente com larga cobertura mediática: A título de exemplo, procurando não repetir referências feitas neste Relatório: no Largo do Chiado, em Lisboa, uma acção de rua sobre Desaparecimentos Forçados, no Largo do Chiado. A acção constou de breves encenações de raptos e da distribuição de informação sobre os desaparecimentos forçados, centrando-se sobre a questão das rendições e sobre o desaparecimento de defensores de direitos humanos. No Largo Camões realizou-se uma concentração e na Expo uma vigília sobre Darfur, com a colaboração de outras organizações. No Marquês de Pombal, também com outras organizações, realizou-se outra concentração sobre a crise no Myanmar. Antes da Cimeira EU – África, na estação de metro do Cais do Sodré. Fez-se uma acção de sensibilização para as questões de direitos humanos em África com o apoio da Rádio FAZUMA e da Antena 3, que lhe deu ampla divulgação durante a sua programação.

Previamente às grandes Cimeiras (Brasil, Ucrânia, Rússia, China e África) foram dirigidas acções de lóbi denunciando os problemas concretos em cada um dos países/continente e também acções sobre temáticas específicas, para além de debates públicos ou conferências.

Junto da Cimeira UE-Rússia e aproveitando a visita de Estado de Vladimir Putin a Portugal foi organizada uma Tertúlia, na Livraria Bertrand do Centro Comercial Picoas Plaza, subordinada ao tema “A liberdade de expressão, opinião e imprensa na Rússia”, tendo como mote o livro “Um Diário Russo” da jornalista assassinada Anna Polikovsaya, cujo trabalho a AI tem vindo a divulgar, foram debatidas as enormes dificuldades que jornalistas, defensores de direitos humanos e opositores ao governo encontram na Rússia.

Antes da Cimeira UE - África, um representante da secção participou numa mesa redonda no IDN, Instituto de Defesa Nacional, de discussão e preparação de alguns debates para a Cimeira. Na véspera da Cimeira oficial, a 6 de Dezembro de 2007, a secção organizou, no Centro Europeu Jean Monnet uma conferência internacional sobre “Direitos Humanos e Desenvolvimento: uma Estratégia para África” com o apoio do Gabinete da deputada europeia Ana Gomes. A ela se deve uma parte do sucesso da iniciativa pela disponibilidade e facilitação de contactos com uma série de personalidades internacionais.

A sessão teve três painéis: “O desafio da boa governação: enfrentar questões de direitos humanos”, “Defender os direitos humanos em África” e “A alastrante crise do Darfur”. Os painéis foram moderados pelos parlamentares europeus Miguel Portas, Ana Gomes e José Ribeiro e Castro.

Estiveram presentes, como oradores, activistas destacados e representantes de outras ONG. Referem-se: Salih Mahmoud Osman, advogado sudanês, vencedor do Prémio Shakarov 2007; Berhanu Nega, Presidente da Câmara Municipal de Addis Abeba eleito (e demitido), ex-prisioneiro de consciência, Etiópia; Primrose Matambanadzo, médica, da Zimbabwe Association of Doctors for Human Rights, Zimbabué; Mohamed Abdel Shakur, jornalista e activista sudanês, refugiado; Luís Araújo, SOS Habitat, Angola; Padre Leonel Claro, pela Plataforma porDarfur, Marielle Hart, Directora de Políticas Europeias da Stop AIDS Alliance; João Fernandes, Director Executivo da OIKOS; Fernando Nobre, Presidente da AMI; e Victor Nogueira, AISP.

O seminário teve intervenções de grande qualidade, a presença de instituições significativas (como a Comissão Europeia, IDN, NATO, etc.), elevada participação dos presentes e despertou muita atenção pública e dos media (três canais de televisão a acompanhar os trabalhos, os principais órgãos da rádio e da imprensa escrita nacional e também internacional – BBC, Rádio França Internacional, Voz da Alemanha, por exemplo).

É sabido que a Presidência portuguesa foi apresentada publicamente como um grande sucesso nacional. Em matéria de direitos humanos não há razão para grandes euforias, mas deve ser sublinhado que os direitos humanos foram efectivamente incluídos nas conversações das várias Cimeiras, embora com pesos desiguais, consoante o peso relativo dos parceiros.

Estiveram claramente presentes na Cimeira UE - África, em que as questões do Darfur e do Zimbabué de Mugabe foram um assunto de interesse público e jornalístico e a própria União Africana estimulou o debate. Mas com países grandes e poderosos, a União Europeia é muito incoerente, e normalmente a retórica dos valores é substituída pelo “pragmatismo” dos interesses: foram claramente desvalorizadas as violações de direitos humanos na Rússia de Putin e pouco tidos em conta na Cimeira com a China e Índia.

O mesmo se passa com a incomodidade clara da grande maioria dos responsáveis europeus quando se fala das rendições, ou nas limitações de direitos em nome do combate ao terrorismo.

As questões do asilo, imigração, discriminação vão sofrendo os efeitos de fortes tendências globais que continuarão a exigir a atenção da AI. Importa conseguir uma boa articulação entre o trabalho técnico, difícil e profissional, e o envolvimento militante e empenhado dos activistas voluntários

3.4.2.TPI/ DI (Tribunal Penal Internacional/ Direito Internacional)

A nível de acções de direito internacional a AI concentrou a nível internacional o seu trabalho na ratificação do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional e do Acordo de Privilégios e Imunidades que permite a correcta operacionalização dos julgamentos pelo TPI. Assim sendo estabeleceu países prioritários de acção, para os quais a AI Portugal contribuiu com actividades de lóbi várias, urgindo a assinatura e ratificação dos dois instrumentos. Além desse trabalho a secção encetou também trabalho sobre outras normas de direito internacional, nomeadamente a Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes e Suas Famílias, a Convenção dos Povos Indígenas e a Convenção dos Desaparecimentos Forçados. (ver anexos)

3.4.3. Outras acções de Lóbi

3.5. Educação em Direitos Humanos

3.5.1. Representações em Colóquios, sessões em escolas e outros

Através da Sede, a AI Portugal foi convidada para 73 sessões, palestras e debates em escolas, ou outras entidades. Destas, participou em 59, tendo assim atingido um público aproximado de 3000 pessoas. (ver relações institucionais) Se a maioria dos convites foram para os distritos de Lisboa e Porto, 18 e 12, respectivamente, é de notar que a AI Portugal esteve presente em 16 distritos de todo o país. De realçar, também, que no ano de 2007 foram feitas sessões no ensino pré-escolar, para crianças entre os 4 e os 6 anos, o que representa uma novidade a nível nacional.

No ano de 2007 foram formados 32 activistas para serem formadores de EDH.

O aumento de participações, infelizmente, não parece ainda reflectir os resultados possíveis das formações específicas, dada a dificuldade ainda existente para integrar os novos activistas e formadores de EDH. No dia 10 de Dezembro, e apesar do elevado número de convites (11) para participação em acções sobre Direitos Humanos, foi possível responder a todas estas através da articulação entre a Sede, as Estruturas e os Voluntários da Secção.

3.5.2. Publicações

Ver PLP.

3.5.3. Projecto “Viver os Direitos Humanos”

O projecto “Viver os Direitos Humanos” é um projecto de apoio às escolas com núcleos ou clubes de direitos humanos, no desenvolvimento de projectos e de materiais para os mesmos, com acordo firmado entre a AI e a DGIDC (Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular) do Ministério de Educação. No projecto inscreveram-se 38 escolas de todo o país, o que para projectos deste tipo é inédito. Das 38 escolas no projecto 26 solicitaram sessões de formação para professores e de esclarecimento aos alunos, em pontos tão variados do país como Faro, Vila Real, Estremoz, Lisboa, entre outros. Das 26 sessões solicitadas tiveram lugar todas, excepto duas, por indisponibilidade do formador. Depois da coordenadora do projecto do lado da DGIDC ter partido para novos desafios profissionais, ficou por concluir a fase de publicação dos materiais do projecto, cujo formato ainda estava a ser decidido no final do ano (**ver protocolos**).

3.6. Juventude

3.6.1. Grupos de Estudantes

Em 2007 foram criados três grupos de Estudantes (GE): na Escola Secundária Antero de Quental, no Colégio São Miguel em Fátima e na Faculdade de Direito de Lisboa. O primeiro foi criado no seguimento da participação de vários alunos na Rede de Acções Urgentes Júnior. O trabalho deste grupo é desenvolvido com o apoio de professores no âmbito da disciplina Área Projecto.

Das actividades que desenvolveram ao longo do ano destaque para:

- visionamento do filme “Diamante de sangue”;
- Participação regular nas Acções Urgentes Júnior;

- Lançamento de um concurso, na escola, para escolha de um logótipo identificativo do grupo de estudantes;
- 1ª Semana dos Direitos Humanos com o tema “A UE e a Ajuda ao Desenvolvimento” no âmbito do projecto “Viver os Direitos Humanos”.

O GE do Colégio de São Miguel foi criado no seguimento do Campo de Trabalho para jovens de Novembro de 2007, e desenvolveu a sua primeira acção assinalando o 10 de Dezembro com a realização da Maratona de cartas. De assinalar que este grupo conseguiu cerca de 500 cartas com esta sua primeira actividade.

O GE da Faculdade de Direito surgiu da iniciativa de duas participantes em campos de trabalho de há alguns anos. De destacar a grande capacidade de mobilização desta estrutura que iniciou as suas actividades com 23 membros, organizados em diversas áreas: direcção, intervenção, organização interna e redacção.

Em relação aos grupos existentes, de referir a participação do Grupo da Escola Secundária Filipa de Vilhena no projecto “Viver os Direitos Humanos” e a continuação do extenso trabalho do Grupo de Estudantes da Escola Secundária de Ermesinde, que entre outras actividades, levou a cabo:

- o Inscrição de 73 alunos na Rede de Acções Urgentes Júnior no ano lectivo de 2006/2007;
- o Participação no VIII Campo de Trabalho para jovens, renovando assim a formação de alguns elementos;
- o sessão *Contra qualquer forma de discriminação*;
- o produção de um *Marco de Correio*, em tamanho real, com a função simbólica de cativar de novos membros;
- o *vídeo* sobre Discriminação – “*Conversas de Marquise com Contraplacado sobre Discriminação*” que é candidato ao concurso «A Europa na Escola» promovido pelo Gabinete de Assuntos Europeus;
- o *participação dos alunos em* iniciativas promovidas pela Agência para a Vida Local (Câmara Municipal de Valongo), nomeadamente: Sessão sobre o Dia da Tolerância, e debate no contexto do Referendo Nacional, «Aborto sim ou não – os argumentos”;
- o divulgação e participação na construção de símbolo humano a favor da Paz e da Não-violência na cidade do Porto;
- o Participação no Projecto “Viver os Direitos Humanos” através de: Acção dinamizada por um membro do Grupo NMUME (Núcleo Mulher e Menor da GNR) respeitante à prevenção contra a violência infantil; produção de cartaz – Cultura de Prevenção dos Direitos Humanos na Escola Secundária da Cidade de Ermesinde – patente no V encontro da Associação de Professores para a Educação Intercultural, subordinado ao tema Construir uma Cidade Intercultural..

As actividades deste grupo fazem parte do Projecto Direitos Humanos/Amnistia Internacional (PDH/AI) cujos objectivos são enquadrados no Plano de Acção do Projecto Educativo da própria escola.

Apesar de estar prevista a curta duração destas estruturas, de destacar que na quase totalidade dos grupos existentes e nos recém-formados existiu a preocupação em integrar alunos de vários níveis de escolaridade garantindo assim a continuação do trabalho quando os finalistas abandonarem as escolas. Na maioria dos grupos, o trabalho é também apoiado e dinamizado por um ou mais professores.

Da análise dos relatórios e do feedback recebido sobre as actividades que desenvolvem constata-se um trabalho muito regular dentro da comunidade escolar, que deve ser incentivado. A Sede deve, contudo, alterar e melhorar a comunicação com os grupos de estudantes, que deve, na medida do possível, ser diferenciada, já que o público alvo é muito específico.

3.6.2. Produção de Materiais

Não houve produção de materiais, mas circularam para um público vasto das listagens de ONGs parceiras, a compilação dos materiais didácticos da AI Portugal. A lista foi também enviada aos profissionais de educação e formação da nossa base de dados de membros e apoiantes.

3.6.3. Rede de Acções Urgentes Júnior

A rede manteve o seu funcionamento regular, sendo editada uma acção urgente por mês, com excepção do mês de Agosto. Os casos seleccionados foram, sempre que possível integrados nas campanhas em curso, ou relacionados com os temas/países que a Secção considerou como prioritários no seu planeamento anual.

Assim, a AUJ de Março foi sobre a discriminação das crianças de etnia *Roma* ao ensino, no âmbito da campanha da não-discriminação em vigor; as AUJ de Janeiro e Dezembro foram sobre activistas de direitos humanos detidos na Rússia e Bielorrússia, no âmbito do trabalho de defesa dos activistas dos direitos humanos; as AUJ de Maio e Junho sobre a pena de morte aplicada a mulheres, dando ênfase em simultâneo à campanha “Acabar com a Violência sobre as Mulheres” e ao trabalho de sensibilização sobre a pena de morte; e a AUJ de Outubro foi sobre o conflito no Myanmar.

Continua a ser feito um esforço para que a forma de recepção da AUJ seja o email com vista à redução dos custos do correio.

No final de 2007 a Rede contava com 322 subscritores individuais, tendo-se registado a inscrição de 73 novos subscritores.

3.6.4. Campo de Trabalho

Foi realizada a 8ª edição do Campo de Trabalho da AI Portugal “Vamos Defender os Direitos Humanos”, uma das actividades com maior destaque na área de educação de Direitos Humanos para jovens.

Esta edição foi realizada na Pousada da Juventude em S. Pedro do Sul (termas), contou com a presença de 100 jovens vindos dos vários pontos do país. No ano de 2007 o programa foi

ligeiramente alterado centrando-se mais na parte do activismo juvenil. Foram abordados temas como Pena de Morte, Visão e Missão da AI, Direitos Económicos, Sociais e Culturais, e Guerra ao Terrorismo.

Alguns dos temas em debate durante o Campo de trabalho foram sugeridos pelos participantes do campo no ano anterior.

Esta edição contou com o apoio de três entidades externas à AI; Movijovem, Relgráfica, Fundação Montepio e a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. No entanto, grande parte do esforço económico foi assumido pela secção e AI Holanda. (ver anexo)

3.6.5. Projectos de Educação para os Direitos Humanos (EDH)

Foi explorada uma nova vertente nesta área, através da abordagem das associações e sindicatos de professores. Este projecto tinha como base divulgar o trabalho da AI Portugal por este grupo profissional. Um dos pontos deste projecto era divulgar o trabalho que a AI realiza na área de EDH e angariar novos membros pertencentes a este grupo profissional.

O projecto iniciado no ano de 2005 que tinha como parceiro o Instituto de Reinserção Social, não teve qualquer avanço derivado às sucessivas mudanças de direcção no instituto e à mudança de política em relação à educação em direitos humanos desta instituição.

3.6.6. Contactos Internacionais

No âmbito da participação da Directora de Campanhas numa formação internacional, foram estabelecidos contactos com as coordenadoras de activismo e juventude das Secções Irlandesa e Dinamarquesa no sentido de trocar experiências sobre estas áreas. Foi abordada a hipótese de realização do Campo de Jovens Internacional em Portugal, não tendo sido concretizado por já haver uma oferta da Secção Francesa para o ano de 2008. No entanto, dada a experiência da Secção, reconhecida internacionalmente, na realização de campos de trabalho para jovens, será uma hipótese a considerar em anos futuros.

3.7 Editorial

3.7.1. PLP

Ao abrigo do Programa de Língua Portuguesa (PLP) foram publicados diversos materiais de suporte às campanhas, à EDH, ao recrutamento de novos membros/ apoiantes e de consciencialização pública.

Assim, foram produzidos os seguintes materiais:

- Relatório Anual versão resumida e editada em CD
- Três boletins trimestrais do “AI Informação”
- Folheto geral sobre o trabalho da AI
- Folheto do Projecto das Universidades
- Folheto da Marcha contra a fome
- Folheto sobre Rendições/Desaparecimentos forçados
- Folheto e poster da acção da troca de brinquedos

Boletim

O boletim, embora trimestral, continua a ter uma publicação irregular. Por um lado, devido aos atrasos verificados na elaboração, recepção e revisão dos textos, por outro, aos atrasos na obtenção dos editoriais por parte do Director do boletim, António Roque. Durante 2007 foram publicados três números. É aconselhável pensar numa re-estruturação da filosofia deste elemento de comunicação; perceber se é um órgão interno ou externo. Neste ponto, teria sido fundamental uma reflexão no interior da direcção patrocinada pelo director do boletim, que não existiu.

Com a entrada de apoiantes através do Face-to-Face, fizeram disparar os números de não-membros que recebem o boletim. Desta forma, pensamos que os conteúdos internos dos boletins (convocatórias, consultas aos membros sobre aspectos da visão e missão, etc.) terão que ser revistos e adaptados para esta nova realidade.

Neste momento são impressos 10.000 exemplares e a tendência é para crescer.

Também o boletim será visado no inquérito de satisfação a ser elaborado e enviado aos membros e apoiantes, no sentido de apurar a opinião e o tipo de participação que suscitam os apelos e acções mencionados no boletim.

3.7.2. EDAI

Durante muitos anos a secção teve estatuto de observadora junto do EDAI. Mesmo depois do PLP (Programa de Língua Portuguesa) ter sido aprovado como programa autónomo em Conselho Internacional, ainda participou em várias reuniões, mas numa assembleia geral do EDAI, foi dada uma indicação de que, embora bem-vinda, não havia muito lugar para a secção portuguesa, uma vez que o PLP financiava as publicações em português. A partir daí, a AI Portugal deixou de ser convidada para a Assembleia Geral do EDAI. Apenas continua a receber a listagem de publicações e os comunicados de imprensa.

3.8 Apoio e encaminhamento de casos individuais

No ano de 2007, a AI Portugal recebeu 546 queixas o que representa um crescimento extraordinário de 333% em relação a 2006, quando foram recebidas 126 queixas (de 2005 para 2006 já se tinha assistido a um crescimento de 38 %). Dentre as 546 queixas, 132 foram de assuntos diversos que não pertencem à competência da AI, como por exemplo, problemas com a segurança social, denúncias sobre maus tratos em instituições de abrigo, problemas processuais, pedidos de ajuda financeira e pedidos de informações. Todos esses casos foram devidamente reencaminhados aos órgãos que tratam especificamente dos assuntos. Contudo, a AI acompanhou diversos desses casos a fim de tomar conhecimento da resolução das questões. Os pedidos de informações foram prontamente respondidos.

Dentre os demais casos, 414 foram de competência da AI. Desses casos, 86 diziam respeito a problemas relacionados com prisões, 170 com forças de segurança, 59 foram casos de racismo/discriminação, 71 foram de migrantes e 28 foram de diversos assuntos, que não se enquadravam em nenhum dos títulos anteriores, ainda que pertencentes à missão e visão da AI Portugal.

Dos casos pertencentes à missão da AI, 106 estavam relacionados com outros países e foram dirigidos aos investigadores responsáveis. Foram registados 8 casos de distúrbios psiquiátricos.

178 casos careciam de investigação mais apurada por parte do investigador para Portugal no Secretariado Internacional, para quem foram imediatamente enviados. Fomos informados que, apesar do número avultado de queixas relativas a prisões, que esta não era uma área prioritária para o SI, logo todos os casos seriam recusados à partida, deixando a AI Portugal na difícil situação de reencaminhar todos os casos recebidos, sem haver organizações especificamente designadas para tratar destas situações.

3.9 Trabalho contra o racismo

Maria Cidália Figueiredo representou a Direcção da AI Portugal no ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Até à altura da conclusão deste relatório não enviou qualquer informação sobre esta representação.

3.10. Formações internas e externas

A AI Portugal continuou o seu plano de formação interno no ano de 2007, tendo realizado formação para 32 activistas em EDH, Educação para os Direitos Humanos (**ver EDH**), formação para quadros dirigentes (5 activistas) como futuros quadros dirigentes e formação para 62 novos activistas. Os grupos e núcleos tiveram formação específica no Campo de Trabalho para Estruturas (**ver grupos e núcleos**)

Além das inúmeras acções externas de formação descritas na secção sobre EDH, a AI Portugal fez acções específicas para agentes de autoridade descritas abaixo.

Formação a agentes de autoridade

Para além de escolas, é de realçar a participação da AI Portugal em formações e palestras destinadas a oficiais e operacionais da PSP, GNR e do Exército Português, entre outras entidades.

PSP

Foram realizadas quatro sessões a quadros superiores da PSP, com a presença de 30 agentes em cada. Às sessões vieram agentes de todo o país, inclusive das ilhas. Nas sessões foram abordados os seguintes temas: história, missão e visão da AI, princípios, objectivos, destinatários, meios de acção, activismo, membros, objectivos do trabalho da AI com a polícia, direitos humanos - génese, controlo e protecção, convenções e outros tratados, normas da ONU para funcionários encarregados de cumprir a lei, código de conduta, princípios básicos da actuação policial e emprego da força, princípios que devem reger o uso da força, critérios para uso da arma de fogo, desaparecimentos forçados, detenção e prisão, tortura, minorias, racismo, refugiados, mulheres e crianças e manutenção da paz.

GNR

Foram feitas três sessões à GNR, ao curso de investigação criminal da GNR. A primeira acção teve aproximadamente 30 pessoas. A acção de formação foi sobre a Amnistia Internacional (organização, história, visão, missão, e o modo de actuação, incluindo campanhas). Foram faladas algumas situações de abusos de direitos humanos, nomeadamente de terrorismo, contra-terrorismo, e foi feita uma breve menção sobre os princípios orientadores para a acção de agentes da autoridade, bem como de outros instrumentos internacionais relacionados.

Foi feita mais duas formações aos agentes da GNR da escola prática em Queluz. Estiveram presentes 39 e 27 agentes respectivamente. Temas tratados: AI e DH (história da AI, noção de DH, Declaração Universal dos Direitos Humanos, campanhas da AI, abolição da pena de morte, acabar com a violência sobre as mulheres, tortura, combater o terrorismo com justiça, controlar as armas e crianças-soldado).

EXÉRCITO

Foi realizada na Escola Prática de Engenharia, em Tancos uma sessão no quadro do CIMIC (Civil and Military Cooperation), curso de preparação para Forças Militares Destacadas para Teatros de Operações Internacionais no âmbito das Nações Unidas, NATO, UEO e UE, com a presença da AI Portugal e da AMI, Assistência Médica Internacional.

A sessão teve um carácter informativo, formativo e de debate, envolvendo cerca de vinte operacionais portugueses, alguns dos quais com alguma experiência em missões internacionais. Foram desenvolvidas questões de enquadramento de direito internacional, de direitos humanos e do direito humanitário, e as exigências, responsabilidades e dificuldades das forças militares, particularmente nas relações com os civis. Entre as matérias discutidas e exemplificadas estiveram as violações de direitos humanos, cometidas por forças internacionais sob bandeira das Nações Unidas, ou sob a sua complacência, bem como as condições necessárias para o sucesso destas operações, da vontade política, à formação, ou à logística. Alguns exemplos, de sucessos e de insucessos (Timor, Somália, Balcãs, Darfur, entre outros) foram extensamente discutidos em espírito positivo e de colaboração mútua.

4. Vector Programático Crescimento

4.1. Membros e Estruturas

No ano de 2007, a AI Portugal cresceu novamente e consolidou os membros e apoiantes dos anos anteriores. A AI Portugal tem conseguido fidelizar os seus membros mantendo-os interessados no trabalho da secção e em participar activamente, quer seja no envio de acções urgentes, no assinar de petições, ou em certos eventos específicos. Os membros têm mostrado que quando solicitados gostam de participar, desde que as acções sejam atractivas. A secção contou também com 21 grupos activos, todos com dinâmicas próprias e diferentes, alguns mais temáticos, outros mais direccionados a certos grupos alvos ou com predilecção por campanhas específicas, mas que deram um bom contributo para a missão da AI.

4.2. Evolução dos membros e activismo

Continuaram a utilizar-se as newsletters de Acções e Campanhas e de Apelos Urgentes, com vista ao incentivo do activismo individual. Continuou-se também o envio de acções através de email, quando se pretendia uma participação em massa ou como forma de divulgação de eventos. Os membros foram convidados a agir em acções urgentes sobre o Irão e o Myanmar, a participar na petição para o Embaixador da China sobre Darfur, a enviar um postal de boas festas ao Presidente da Comissão Europeia, pedindo igualdade para os cidadãos de etnia *Roma*, e a agir em torno dos casos da maratona de cartas.

Em relação aos eventos, os membros foram convidados a participar na vigília por David Hicks, na festa de lançamento da campanha da Não-Discriminação, na Festa da Diversidade, no Dia de Acção Global por Darfur, na Troca de Brinquedos e na vigília de solidariedade com o Myanmar.

Continuou-se a utilizar as e-letters, em algumas situações, tornando assim a acção mais atractiva graficamente. O sistema de avaliação destes métodos continua a ser pouco eficiente uma vez que depende da resposta voluntária dos membros, no entanto a amostra de respostas recebidas permite concluir que esta forma de acção é minimamente participada.

No entanto, o activismo on-line deve ser mais explorado e melhorado, de forma a diversificar o tipo de acções pedidas assim como proporcionar um sistema de avaliação fidedigno.

Além disto, mantém-se a dificuldade de contacto mais regular com membros que não utilizam a internet, devendo ser criadas alternativas de acção para estes membros e apoiantes.

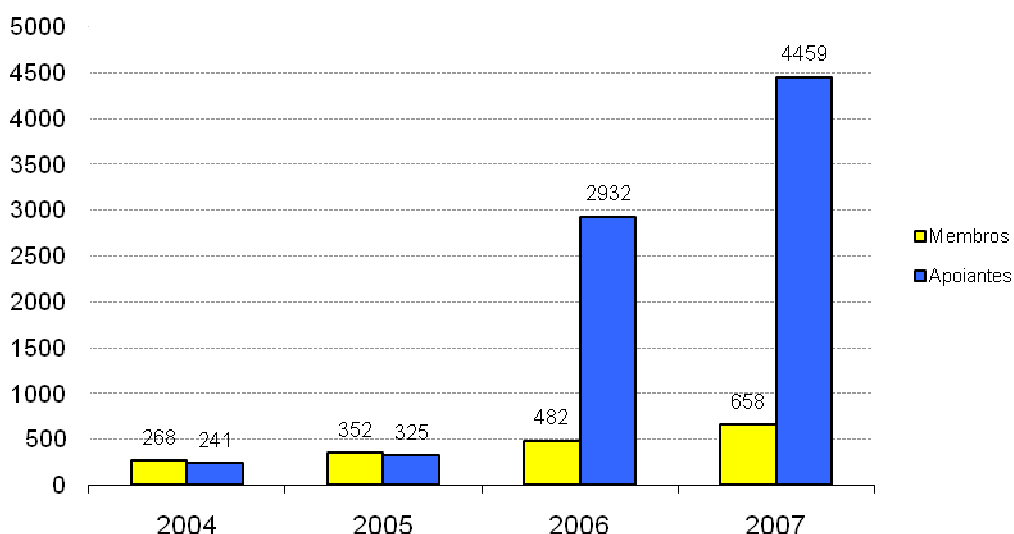
Como consequência natural da maior visibilidade da AI, foram inúmeras as ofertas de voluntariado durante o ano de 2007 – cerca de 200 pessoas estão já registadas numa base de dados de voluntários, que continua, nesta data, a ser actualizada podendo o número total chegar a 400. Devido à grande oferta, a integração dos voluntários nem sempre foi conseguida. Isto prende-se com diversos factores: nas ofertas de voluntários para grupos que em 2007 totalizaram 63 pessoas, a falta de grupos locais em áreas de relevância como por ex. Lisboa, Évora e Coimbra ou a falta de integração de novos membros nos grupos existentes foi determinante na baixa taxa de integração. Outro factor a ter em conta é a escassez de recursos humanos na sede para acompanharem de forma regular o trabalho das estruturas, assim como formar novas.

No sentido de integrar os voluntários que se disponibilizaram para acções públicas, foi feito um convite a todos os voluntários para participarem em cinco actividades durante o ano: no lançamento da campanha da discriminação, na Futurália, na Festa da Diversidade, no Dia de Acção Global sobre Darfur e na “Troca de Brinquedos”. Com estas acções conseguiu-se a mobilização de cerca de 50 voluntários. Estes convites devem ser continuados em acções futuras, pois permite criar uma proximidade destes voluntários ao movimento.

Comparando as entradas de novos membros/apoiantes no período entre 2004 e 2007 concluímos que 2007 foi o ano em que se registaram mais entradas tanto de membros como apoiantes. A razão desta evolução está estreitamente ligada ao facto de do número de horas trabalhadas no projecto Face to Face ter aumentado também (7454 em 2006 para 14042 em 2007).

Evolução do recrutamento de membros e apoiantes (2004 a 2007)

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional



O crescimento em novas entradas não é proporcional ao crescimento das horas trabalhadas pelo facto de em 2007 se terem visitado mais cidades o que implica um alongamento da curva de aprendizagem e conseqüente quebra nos resultados.

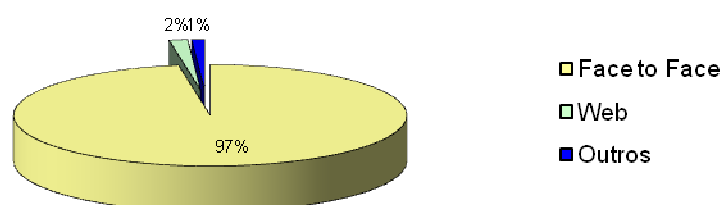
Em valores absolutos e, considerando todas as origens de adesão, o crescimento em relação a 2006 foi de 33%, como se poderá verificar na seguinte tabela:

| Origem de adesão | Adesões 2006 | Adesões 2007 | Varição |
|--------------------|--------------|--------------|------------|
| Espontâneos (Sede) | 9 | 6 | -33% |
| Web | 39 | 78 | 100% |
| Campanhas | 21 | 2 | -90% |
| Grupos | 26 | 14 | -46% |
| Reinscrição | 4 | 2 | -50% |
| Face to Face | 3253 | 4991 | 53% |
| Outros | 62 | 30 | -52% |
| Total | 3414 | 5117 | 33% |

De uma leitura atenta da tabela anterior, conclui-se que, excepção feita ao Face to Face e à Internet, todos os métodos de angariação de apoiantes apresentaram uma redução média de cerca de 50%. É importante ter em consideração este aspecto, particularmente no que diz respeito às entradas provenientes de campanhas na imprensa escrita (que não foram realizadas em 2007) e também a redução de inscrições originárias das estruturas.

O Face to Face continua a ser a maior fonte de entradas de novos membros e apoiantes representando *per se* um peso de 97%. A duplicação de entradas através do sítio de Internet é um factor de destaque e, considerando que é uma forma de angariação de apoiantes que representa um custo muito reduzido, será no futuro uma aposta da secção.

O próximo gráfico ilustra o peso do Face to Face que, apesar de estar dentro do esperado na óptica da candidatura ao FIF, numa perspectiva da “não dependência”, obriga-nos a investir na Internet e noutras formas de angariação de apoiantes:



Conclusões

Tendo em consideração que a estratégia de crescimento global da Amnistia Internacional se baseia no crescimento do número de doadores regulares (apoiantes e membros) e, assumindo estes donativos como o garante da sustentabilidade financeira e da independência do movimento face a estados e empresa, a AI Portugal vai entrar num período fundamental da sua história. Este período será um período de fidelização.

Se, por um lado, se antecipou o break even point previsto aquando da candidatura ao FIF em 6 meses (ponto de estabilidade financeira onde as receitas operacionais são superiores às receitas) devido aos bons resultados do Face to Face, por outro existe a responsabilidade acrescida de corresponder à expectativa criada a toda esta nova massa de apoiantes da AI Portugal que, na realidade, sustentam com o seu donativo periódico a actividade da secção.

Assim, há que assumir o ano de 2008 como um ano de investimento em acção de Marketing, fidelização e aumento de notoriedade da “marca” Amnistia Internacional em Portugal.

4.2.1. Grupos e Núcleos

Durante 2007, o Grupo Local 23 de Coimbra pediu a sua suspensão.
Foi criado o Núcleo de Matosinhos, no seguimento do I Campo de Trabalho para Estruturas.

A Rede Nacional de Jovens, esteve activa apenas durante o primeiro semestre de 2007, suspendendo as suas actividades no meio do ano, por indisponibilidade dos seus membros. Durante o primeiro semestre realizou ainda algumas actividades relevantes, nomeadamente uma vigília por David Hicks, um australiano detido em Guantánamo, para a qual utilizaram o método inovador de divulgação através do site *mypledge* e a participação na Feira de Juventude – Futurália, na FIL em Lisboa.

Dada a relevância do trabalho dirigido a jovens, deve ser continuado o esforço de revitalização desta estrutura.

A AI Portugal contava em 2007 com as seguintes estruturas:

1. Grupo local 3 / Paço de Arcos*
2. Grupo local 6 / Porto
3. Grupo local 14 / Lourosa
4. Grupo local 16/ Ribatejo Norte*
5. Grupo local 18 / Braga
6. Grupo local 19 / Sintra
7. Grupo local 24 / Viana Castelo
8. Grupo local 32 / Leiria
9. Grupo Local 33 / Aveiro (passagem a Grupo do Núcleo de Aveiro)*
10. Núcleo de Crianças
11. Núcleo LGBT
12. Núcleo Caldas da Rainha/Oeste
13. Núcleo de Castelo Branco*
14. Núcleo de Torres Vedras
15. Núcleo de Estremoz*
16. Núcleo de Almada
17. Núcleo de Matosinhos*
18. Grupo Sectorial de EDH (Ex Grupo 13)
19. Grupo de Trabalho sobre a Pena de Morte
20. Grupo de Juristas
21. Co-grupo China (reactivado) *

*Estruturas que enviaram relatório das suas actividades durante 2007 (ver anexos)

Das 21 estruturas activas, apenas 7 devolveram relatórios de actividades relativos a 2007. Apesar da ausência de feedback, sabe-se que outras estruturas também desenvolvem um trabalho

regular, mas não o comunicam à Sede. É um aspecto que temos que continuar a trabalhar, através da simplificação do relatório padrão (medida apoiada pelos grupos presentes no Conselho Geral de Fevereiro) e de outros mecanismos de troca de informação.

Da análise dos relatórios, mas também tendo em conta a informação dispersa sobre as actividades de outras estruturas, pode-se concluir que a maioria dos grupos e núcleos desenvolvem acções com alguma regularidade, uns com mais incidência na Educação para os Direitos Humanos através das sessões em escolas, outros no contacto com o público em geral através de eventos relacionados com as campanhas em curso.

No entanto, fazem-no de forma dispersa ou em momentos diferentes, o que não contribui para uma imagem uniforme da AI a nível nacional. Este ponto deve ser melhorado, tendo a Sede que procurar formas de mobilizar os grupos/núcleos para realizarem eventos simultâneos. Outro ponto a melhorar será a capacitação das estruturas para receberem novos membros.

Continua a sentir-se algum distanciamento e falta de actividade dos grupos mais antigos, o que coloca novamente a questão da desmotivação, falta de novos membros ou desistência dos antigos, que leva à inactividade.

No sentido de suprimir algumas carências dos grupos e fomentar o contacto Sede-Grupos e vice-versa foi realizado pela primeira vez o Campo de Trabalho para Estruturas, que decorreu em Leiria de 24 a 25 de Fevereiro.

Quisemos que este encontro fosse em muito semelhante aos campos de trabalho que realizamos para jovens: com um programa variado, prático e com uma importante vertente social. Neste programa esteve incluído o Conselho Geral e sessões sobre os temas de maior relevância em 2007: Direitos Sexuais e Reprodutivos, Discriminação e Presidência da União Europeia. Na sua vertente mais prática, foi dinamizado um workshop sobre campanhas e acções, comunicação, angariação de fundos e responsabilidade social de empresas com o objectivo de dotar as estruturas de ferramentas que ajudem a tornar mais visível o seu trabalho na comunidade. Este encontro beneficiou da visita à Secção de Lucia Hernandez, responsável pelo activismo no SI, que apresentou dez projectos internacionais de activismo, que estão a ser testados em várias secções.

De uma forma geral o Campo de Trabalho foi bem sucedido, tendo demonstrado a necessidade e pertinência de se realizar pelo menos uma vez por ano.

O esforço de aproximação aos grupos/núcleos deve ser continuado, através de iniciativas do género, que promovam o intercâmbio de experiências e ideias, que solidifiquem as relações pessoais entre os activistas e que contribuam para esclarecer e dar a conhecer aspectos fundamentais da estrutura da AI Portugal.

Apesar de não terem participado todos os grupos/núcleos, o que seria desejável, conseguiu-se uma grande afluência – participaram 15 estruturas. Também o facto de ter contribuído para se formar um núcleo em Matosinhos foi um aspecto muito positivo. (ver relatório de CTE em anexo)

As actividades referidas dos grupos e núcleos foram compiladas a partir dos relatórios de actividades apresentados à Secção.

4.2.2. Co-Grupos

MSP

O Co-grupo continuou inactivo durante o ano.

Pena de Morte

No sentido de revitalizar o trabalho do grupo de trabalho sobre a pena de morte e de integração de vários membros que se disponibilizaram para tal, a Direcção nomeou um novo coordenador no final do ano – Raul Gaião. Para 2008 estava prevista uma reunião preparatória do novo coordenador com os possíveis interessados em integrar esta estrutura.

China

O trabalho do Co-Grupo da China foi reactivado por iniciativa da sua coordenadora, Maria Teresa Nogueira. Além do trabalho regular das acções urgentes, o grupo iniciou as actividades sobre a campanha dos Jogos Olímpicos.

O Grupo participou em 27 e 28 de Novembro na reunião internacional de co-grupos da China (relatório em anexo).

4.3. Novos membros

4.3.1. Sessões de Formação de Novos Membros

Continuando o programa de formações específicas, a AI Portugal realizou 4 sessões de formação de Activistas e de Formadores de EDH. De destacar o facto de se terem também realizado sessões no Porto e em Coimbra, tendo esta última tido sido especialmente participada.

Destas formações saíram 62 novos activistas e 34 possíveis novos formadores.

4.3.2. Produção de Material Didáctico

Manteve-se a distribuição habitual do material da AI Portugal aos novos membros, bem como a entrega dos materiais para EDH aos potenciais novos formadores. As próprias apresentações da AI Portugal foram também actualizadas, procurando torná-las mais curtas, concisas e apelativas para os públicos-alvo.

4.4. Angariação de Fundos

4.4.1. Face to Face (F2F)

Em 2007 o Projecto foi desenvolvido ao longo de oito meses e meio em 12 cidades diferentes. Foram recrutados 4900 novos apoiantes.

Procurámos manter uma equipa de 18 recrutadores e chefes de equipa, divididos em 3 ou 4 grupos, com 4 a 6 recrutadores e incluindo um chefe de equipa ou sub-coordenador, caso fosse exterior a Lisboa.

Relativamente ao telemarketing, contámos com 2 ou 3 operadores, que contribuíram para 33% das novas inscrições, pelo telefone.

Primeiro Período:

Entre o mês de Fevereiro e o final de Junho fomos para 8 cidades com equipas que sofreram alterações com frequência, devido a um elevado número de desistências. Ao longo deste período inscreveram-se cerca de 2700 novos apoiantes.

Nos primeiros 2 meses do ano, estivemos em 7 cidades diferentes na Grande Lisboa, com 3 equipas diferentes. Os resultados não foram bons devido a 3 razões: o tempo, o número elevado de desistências e a dificuldade na substituição rápida dos recrutadores. Com base nestas razões decidimos alterar o período de trabalho em Fevereiro para apenas 2 semanas, a partir de 2008.

Entre Abril e Maio contámos com 2 equipas de 5 membros em Lisboa e 8 recrutadores divididos por 4 cidades do País em diferentes períodos. Os resultados melhoraram devido melhor tempo e ao facto de terem reduzido as desistências e as equipas terem sido mais estáveis e melhores chefes de equipa.

Junho foi o pior mês. Trabalhou-se em 5 cidades diferentes ao mesmo tempo em pequenos períodos, mantendo-se sempre as duas equipas em Lisboa (10 recrutadores).

O início do Verão trouxe maus resultados, fim de Junho e primeira quinzena de Julho: o fim das aulas e o início das férias influenciou negativamente os resultados, pelo que decidimos também deixar de trabalhar em Julho.

Segundo Período:

Após avaliação do projecto e identificação dos problemas e aspectos a melhorar, decidiu-se baixar o objectivo, para tornar mais realista: o número de apoiantes esperado por mês passou de 800 a 650. Também definimos uma melhoria no processo na formação e recrutamento e selecção.

Entre Setembro e dia 14 de Dezembro estivemos em Lisboa e outras 6 cidades, duas delas pela segunda vez.

Setembro foi o terceiro mês com mais resultados do ano, com boas equipas sobretudo em Lisboa. Estivemos também noutras 4 cidades, duas no sul e duas no norte do País, em períodos diferentes.

Em Lisboa trabalharam 10 recrutadores, divididos em 2 equipas até dia 14 de Dezembro.

Em Lisboa as equipas sofreram muitas alterações na terceira semana, devido a desistências, o que trouxe bastante instabilidade e desmotivação. Com todas as alterações, até meados de Outubro os resultados mantiveram-se baixos.

No final de Outubro devido a uma licença da Coordenadora, por 3 meses, foi eleito para seu substituto um ex-recrutador de 2006, bastante bom.

Assim, para compensar os resultados optámos por voltar à cidade onde tínhamos, em 2006 tido melhores resultados, e colocámos mais recrutadores na rua para compensar os períodos de desistências e falta de pessoas.

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

Novembro foi o melhor mês do ano. Dezembro, com apenas 10 recrutadores em Lisboa, conseguiu muito bons resultados.

Resumindo os 8 meses e meio de projecto em 2008, concluímos que houve dois factores que contribuíram para o insucesso geral do projecto: o processo de recrutamento e selecção e a qualidade e tempo da formação, que deveriam melhorar em 2008.

Com uma bolsa de candidatos estável, com maior divulgação e empresas a colaborar neste processo haveria de certo mais estabilidade e qualidade no trabalho desenvolvido bem como equipas mais estáveis e motivadas.

A formação inicial deverá também ser mais extensa e completa de modo a garantir uma maior preparação e eficácia no trabalho. (ver anexos)

Face to Face 2007

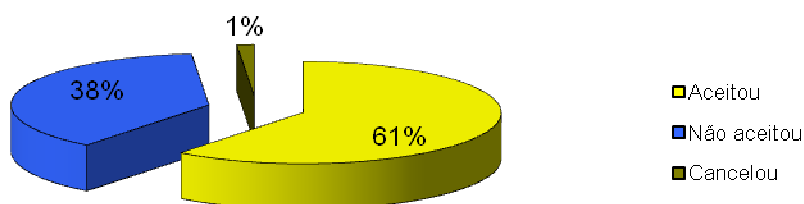
| Mês | Horas | Comp. Rua | Incomp. Rua | Comp. Telf. | Pendentes | Total Mês |
|---------------|----------------|------------------|--------------------|--------------------|------------------|------------------|
| Fevereiro | 1308,5 | 390 | 401 | 174 | 288 | 564 |
| Março | 1717 | 368 | 555 | 189 | 366 | 557 |
| Abril | 1816 | 347 | 948 | 218 | 730 | 565 |
| Mai | 1761,5 | 438 | 631 | 213 | 418 | 651 |
| Junho | 1725,5 | 268 | 397 | 158 | 239 | 426 |
| Julho | | | | 25 | -25 | 25 |
| Setembro | 1783 | 448 | 546 | 151 | 395 | 599 |
| Outubro | 1588 | 424 | 558 | 161 | 397 | 585 |
| Novembro | 1854 | 459 | 718 | 198 | 520 | 657 |
| Dezembro | 489 | 137 | 202 | 225 | 61 | 362 |
| Totais | 14042,5 | 3279 | 4956 | 1626 | 2054 | 4991 |

4.4.2. Upgrade

Em 2007 realizou-se o *upgrade* aos membros e apoiantes recrutados em 2005. Este upgrade, acção recorrente sempre que utiliza a técnica de recrutamento Face to Face, consiste no contacto telefónico dos membros e apoiantes, passados dois anos da sua data de recrutamento, sugerindo um aumento de donativo. Em 2007 foi sugerido um aumento de donativo para 7 Euros/mês.

Foram realizados 213 contactos telefónicos e o resultado foi o ilustrado pelo seguinte gráfico:

Resultados do upgrade 2007



Atendendo aos padrões internacionais, que consideram um elevado número de desistências durante este processo de upgrade, podemos assumir este resultado como bastante positivo. Destaca-se ainda que 42% dos contactos que resultaram em aumento dizem respeito a membros, o que significa que estes se mostraram dispostos a aumentar a fatia da sua entrega mensal referente ao donativo uma vez que o valor da quota é constante.

4.4.3. Outros projectos de Angariação de Fundos (AF)

Campanha 10% no 10 de Dezembro

A campanha 10% no dia 10 de Dezembro foi realizada em vários cinemas e auditórios municipais. No ano de 2007 contámos com o apoio da Medeia Filmes (Lisboa), Câmara Municipal de Moimenta da Beira, Câmara Municipal de Mora, Zoom-Associação Cultural (Barcelos), Câmara Municipal de Fronteira, Câmara Municipal de Estarreja, Câmara Municipal de Manteigas.

Pagamentos On Line

Um dos principais objectivos do departamento era permitir aos nossos membros, apoiantes e visitantes do sítio de internet realizarem donativos utilizando o cartão de crédito. O processo para a implementação deste método de pagamento foi moroso, devido ao facto do actual sítio da internet da AI Portugal não possuir as condições tecnológicas necessários para permitir uma implementação mais rápida.

Linha de valor acrescentado

A linha de valor acrescentado esteve activa durante o ano de 2007, mas não foi publicitada.

Parceria Comércio Justo

A Parceria de Natal com a empresa de Comércio Justo, Ecos do Sul, mais uma vez foi bem recebida pela comunidade em geral. Foi realizada uma venda de cabazes de Natal através do sítio da Internet (loja online) e também foi realizada a venda dos mesmos produtos na Loja da Ribeira. A AI Portugal também criou uma parceria com a Loja da Ribeira, no sentido de a AI Portugal ter um posto de venda permanente de produtos AI Portugal.

Mailing

Foram realizados 2 mailings no ano de 2007. Foram gerados 8072 Eur.

5. Comunicação e Imagem

5.1. Newsletters

Em 2007 consolidaram-se as Notícias da AI Portugal (NAIP) que já existiam, nomeadamente: NAIP Quinzenal, NAIP Apelos Urgentes, NAIP Acções e Campanhas, NAIP Prestação de Contas, NAIP Grupos e Núcleos e NAIP Direcção.

No início do ano foi criada a 7ª newsletter: a NAIP para os Professores.

Como o nome indica é dirigida aos membros e apoiantes da AI que são professores. É constituída por exercícios retirados dos manuais de EDH produzidos pela AI. Cada número é dedicado a um tema relacionado com os dias temáticos internacionais que se celebram nesse mês.

A receptividade foi muito boa. Houve casos de professores a passarem a informação a outros professores, além de vários emails de congratulação pela criação desta newsletter.

NAIP da Direcção: consiste na publicação das decisões que saem das reuniões de Direcção. Durante o ano a sua publicação foi irregular embora tenham sido realizadas todos os meses. Estas são enviadas para os Órgãos Sociais, grupos e núcleos e funcionários da secção.

NAIP de Grupos/Núcleos: embora tenha sido iniciado o envio em Dezembro de 2006, foi durante 2007 a total implementação destas notícias. Pretende substituir os documentos avulsos que era enviados aos G/N sobre as campanhas e acções da AI mensalmente. Não será fácil ter reacção dos G/N a esta publicação. E na participação só os G/N mais novos é que participam e se interessam em publicitar as acções que vão levando a cabo, mas de uma forma geral não há grandes reacções.

Embora já existisse um número relativamente grande de subscritores, 2007 e especialmente com a entrada em funcionamento do novo sítio marcou um aumento exponencial de subscritores. Mensalmente 3800 subscritores e 7220 membros e apoiantes recebem as quatro NAIP. Representando, no caso dos membros e apoiantes, a duplicação do número relativo ao ano de 2007. Digno de registo é a ausência de desistências.

Para o ano de 2008 irá surgir uma nova NAIP que será especialmente concebida para os nossos membros e apoiantes que não possuem email, na prática será um resumo das NAIP Quinzenal, Acções e Campanhas, Apelos Urgentes e Prestação de Contas.

Como apreciação global, as 4 NAIP gerais são um bom instrumento de comunicação, embora ainda não explorem completamente a dinâmica email-sítio. Nomeadamente, no que se refere à participação nas acções propostas nas NAIP. Uma forma de perceber e avaliar/quantificar a participação passará pela elaboração de um inquérito de qualidade.

5.2. Sítio na Internet

No início de 2007, mais propriamente desde final de Janeiro, entrou em funcionamento o novo sítio da AI na internet. Este novo sítio foi desenvolvido pela NS Projects. Este sítio pretende ser

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

mais fácil de usar. O processo de transição foi rápido. Digno de registo é o facto de se terem registado pouquíssimos bugs/erros que perigassem o normal funcionamento do sítio.

Os conteúdos são actualizados todos os dias pelos estagiários dos departamentos de comunicação, imagem e editorial.

Esta nova página, não sendo perfeita, deu um salto qualitativo, e assim o provam as estatísticas. A média de visitas rondou as 554 diárias e as 18500 mensais.

As páginas mais impressas

| | Título da página | Entradas |
|----|---|-----------------|
| 1 | Amnistia Internacional em Portugal | 21805 |
| 2 | Voluntariado | 17772 |
| 3 | Contactos | 13701 |
| 4 | Torne-se Membro | 9608 |
| 5 | Uma voz na escuridão | 9008 |
| 6 | Quem somos | 8706 |
| 7 | AI no Mundo | 8471 |
| 8 | Face to Face | 6747 |
| 9 | Grupos e Núcleos | 6450 |
| 10 | Membros AI | 5565 |
| 11 | Relatórios | 5558 |
| 12 | Participar | 4409 |
| 13 | Agir Já | 4303 |
| 14 | Mutilação Genital Feminina | 4200 |
| 15 | Campanha Não -Discriminação na Europa | 3899 |
| 16 | Aprender | 3513 |
| 17 | Donativos | 3189 |
| 18 | Privacidade | 3126 |
| 19 | Relatório sobre violência doméstica em Portugal | 3081 |
| 20 | Marcha contra a Fome | 3081 |

Já os assuntos mais procurados na nossa página são:

| | Título da página | Nº de pesquisas |
|---|-------------------------|------------------------|
| 1 | pena de morte | 713 |
| 2 | Direitos humanos | 440 |
| 3 | Darfur | 255 |
| 4 | Violência domestica | 147 |
| 5 | China | 121 |

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

| | | |
|----|-----------------------|-----|
| 6 | Racismo | 113 |
| 7 | estágios | 107 |
| 8 | Emprego | 92 |
| 9 | Crianças soldado | 72 |
| 10 | Direitos da mulher | 71 |
| 11 | Irs | 69 |
| 12 | Imagens | 66 |
| 13 | Crianças | 64 |
| 14 | Aborto | 64 |
| 15 | Guantánamo | 64 |
| 16 | Voluntariado | 62 |
| 17 | Myanmar | 62 |
| 18 | Declaração universal | 58 |
| 19 | Estagio | 58 |
| 20 | Tortura | 56 |
| 21 | Presos políticos | 55 |
| 22 | Direitos do homem | 53 |
| 23 | Angola | 53 |
| 24 | Face to face | 52 |
| 25 | Notícias de violação | 51 |
| 26 | Objectivos | 50 |
| 27 | Mulheres | 48 |
| 28 | Birmânia | 44 |
| 29 | Direitos das mulheres | 42 |
| 30 | fotos | 41 |

A forma de chegar à nossa página:

| | Nº de hits | % | Top 10 de 304 Search String |
|----|-------------------|----------|--|
| 1 | 243 | 27.33% | amnistia internacional |
| 2 | 51 | 5.74% | Amnistia Internacional |
| 3 | 50 | 5.62% | amnistia |
| 4 | 43 | 4.48% | amnistia internacional portugal |
| 5 | 20 | 2.25% | ai |
| 6 | 14 | 1.57% | Amnistia internacional |
| 7 | 13 | 1.46% | amnesty internacional portugal |
| 8 | 11 | 1.24% | AMNISTIA INTERNACIONAL |
| 9 | 11 | 1.24% | www.amnistia-internacional.pt |
| 10 | 10 | 1.12% | Amnistia Internacional Portugal |

5.3. Entrevistas à Imprensa

Durante 2007 fomos consultados sobre mais de 80 temas, o que se traduziu em centenas de entrevistas a vários órgãos de comunicação social e mais de mil artigos e reportagens (TV, Rádio e Imprensa escrita e online). (ver anexos)

6. Vector Programático Responsabilização

6.1. Responsabilização interna e evolução da situação financeira da Secção Portuguesa

Responsabilização e Transparência

No âmbito da política de transparência seguida pelo movimento foi realizada uma auditoria às contas do exercício fiscal de 2006 por uma sociedade independente de Revisores Oficiais de Contas. As contas foram aprovadas e as recomendações resultantes da auditoria foram postas em prática durante o ano de 2007.

Durante o ano foram enviadas aos membros e apoiantes 3 newsletters de prestação de contas, indicando onde a secção despende o dinheiro dos donativos e quotas individuais.

Evolução da situação financeira

O exercício de 2007 apresenta um resultado negativo na ordem dos 16495, 25 Euros, o qual é substancialmente inferior ao verificado em 2006. No entanto, este resultado poderia ter sido melhor, aproximando-se de valores meramente residuais, se não tivessem sido feitas as seguintes correcções ao Balanço:

a) Constituição de uma provisão de 23.437,85 Euros a título das férias e subsídio de férias referentes ao ano em análise. Os custos com as férias e subsídios de férias contabilizados até 2006 referiam-se sempre ao ano imediatamente anterior. Assim, no exercício de 2007, os custos com estas despesas estão contabilizados em duplicado.

Futuramente esta situação não terá de se voltar a repetir.

b) Anulação dos saldos no valor de 8.701,49 Euros, referentes a Núcleos e Grupos, cuja actividade há muito deixou de se fazer sentir, não havendo conhecimento de quem seriam os possíveis responsáveis por estas organizações.

Estas contas não eram movimentadas há vários anos, pelo que a permanência deste saldo no activo do balanço era meramente fictício, dado que a probabilidade de cobrança era nula.

c) Foram valorizadas as obras de arte doadas à Amnistia pelos seus autores – artistas plásticos portugueses – as quais, de acordo com um critério de avaliação bastante austero, foram avaliadas em 14.025 Euros.

d) Sendo assim, caso não se tivessem verificado estas correcções, os custos seriam reduzidos em 32.139,34 Euros (soma dos valores referidos nas alíneas a e b) e a redução dos proveitos atingiria os 14.025 Euros (valor referido na alínea c)

Logo, o resultado corrigido seria de 1.619, 09 Euros positivos, o que nos parece francamente bom, tendo em linha de conta, que se concluiu apenas o segundo ano do F2F.

2 – O total dos Custos e Perdas relativamente a 2006 cresceu 296.721,58 Euros (+68,9%), mas em contrapartida os Proveitos e Ganhos cresceram ainda mais, tendo passado dos 357.252,02

Euros em 2006 para os 710.825,95 Euros em 2007 (+ 98,9%), o que traduz o crescimento das receitas muito perto da duplicação.

Os custos com o pessoal tiveram um peso de 30,2 % nos custos operacionais, quando em 2006 esses mesmos custos representaram 45,6%.

3 – Os resultados operacionais foram substancialmente diferentes, para melhor, dos registados em 2006. Em 2007, atingiram um valor superior a 43.000 Euros positivos, quando em 2006 foram de cerca de 89.000 Euros negativos.

Esta ‘performance’ poderá demonstrar que a Secção terá atingido durante 2007 já o seu ponto de equilíbrio e que, a partir de 2008, poderá começar a libertar meios.

Será fundamental, no entanto, que se consiga uma fidelização dos novos membros e que se continue a prosseguir uma política de austeridade em termos de custos. **(ver relatório de gestão)**

6.2. Mecanismos de responsabilização do FIF

A AI Portugal continuou a receber as tranches devidas pelo SI no seguimento da candidatura ao Fundo de Investimento em Angariação de Fundos – *Fundraising Investment Fund*. No entanto, e embora a AI Portugal se tivesse candidatado a um fundo de 250 mil euros, para receber em várias tranches ao longo de 2006 e 2007, uma análise à situação financeira permitiu descer de 250 mil para 230 mil o empréstimo. A entrega deste fundo, exige o re-pagamento em 5 anos e o pagamento de juros anuais, até ao re-pagamento integral do fundo. Uma das exigências da concessão deste fundo era fazer um relatório mensal financeiro, com incidência sobre várias áreas, mas em especial o Face to Face, mensalmente. Todavia, o relatório mostrou-se de preenchimento moroso e com duplicação de dados, pelo que a AI Portugal demorou grande parte do ano a negociar mudanças no relatório. O próprio Secretariado Internacional da AI acabou por considerar o relatório falível e decidiu descontinuí-lo. O FIF exige também uma entrega anual de um relatório do FIF em que há uma apreciação do ano transacto e uma nova projecção orçamental. Esse relatório foi entregue, atempadamente. Em geral foram cumpridos os objectivos delineados, e até ultrapassados, nomeadamente no encaixe financeiro e no crescimento em membros e números.

6.3. Responsabilidade Social

Em 2007 a AI Portugal continuou com o seu trabalho na área da Responsabilidade Social das Empresas.

Durante todo o ano participou nas reuniões de parceria com a APEE e no seu Fórum da Responsabilidade Social, contribuindo para o processo de criação das Normas Portuguesas de Ética e Responsabilidade Social.

A AI Portugal participou também na 2ª Semana da Responsabilidade Social enquanto co-organizador do Workshop “A Responsabilidade Social no Terceiro Sector”.

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

Realizou-se em Novembro a 3ª reunião de trabalho do Amnesty Business Club que contou com a presença de 19 participantes. Nesta reunião foram oradores, para além da AI Portugal, representantes da Simmons & Simmons Rebelo de Sousa, a APEE e da Rede Euronatura. No âmbito da campanha da Discriminação foi sugerido às empresas presentes a assinatura de uma declaração conjunta em que estas se comprometeram a não praticar actos discriminatórios, na altura do recrutamento/selecção, em função da vontade da mulher em ser mãe ou do homem em ser pai.

Aproveitando o momento da Presidência Portuguesa da União Europeia foi enviada uma carta de lobby onde se reforçou a necessidade de chamar à agenda de trabalhos da Presidência o tema da Responsabilidade Social das Empresas.

Conselho Superior de Ética e Responsabilidade Social

Cláudia Pedra é conselheira do CSERS e foi eleita para a comissão directiva. Este Conselho monitoriza as questões de ética e responsabilidade social em Portugal.

7. Reuniões Internacionais

| Reunião | Local | Data | Nome | Relatório |
|---|---------------------------|--------------------|---|------------------|
| ICM 2007 | Morelos - México | 11 – 17 Agosto | Victor Nogueira Lucília José Justino Fernando Faria de Castro | Ver powerpoint |
| Press Officers | Ghent - Bélgica | 26 - 27 Setembro | Irene Rodrigues | Ver anexo |
| Angariadores de Fundos | Noordwijkerhout - Holanda | 24 - 26 Outubro | Filipe Páscoa | Ver anexo |
| Cordenadores BERN | Amesterdão - Holanda | 23 Outubro | Filipe Páscoa | Ver anexo |
| Reunião Internacional Financeira | Dublin - Irlanda | 31 Março - 1 Abril | Filipe Páscoa | Ver anexo |
| Fórum de Presidentes | Holanda | 9 – 11 Março | António Simões Monteiro | |
| Fórum de Directores | Holanda | 11 – 13 Março | Cláudia Pedra | Ver anexo |
| Coordenadores de Refugiados da UE | Bruxelas - Bélgica | 04 – 05 Junho | Carminda Antunes | Ver anexo |
| Reunião PPUE | Bruxelas - Bélgica | 3 Abril | Cláudia Pedra Victor Nogueira | Ver anexo |
| Reunião coordenadores de co-grupos da China | Copenhaga, Dinamarca | 27, 28 Novembro | Teresa Nogueira | Ver anexo |

8. Relações institucionais/ protocolos

Representações institucionais

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

A Amnistia Internacional Portugal foi solicitada para inúmeras representações institucionais ao longo do ano, tendo estado presente em quase todas, na pessoa da pessoa do Presidente, da Vice-presidente, e de outros elementos da Direcção, assim como do Presidente da Assembleia Geral. De entre as várias representações podemos destacar:

- Vice-Presidente como Membro da Comissão de Honra do Dalai Lama, com representações várias, nomeadamente na recepção da Câmara Municipal de Lisboa e aquando da conferência pública no Pavilhão Atlântico, 16 de Setembro.
- Apresentação pública da Campanha contra a Pobreza (Não deixe que a pobreza se transforme em paisagem), W.Centre, Lisboa, 20 de Setembro.
- Participação no programa Portugal no Coração, RTP1, a propósito da acção Troca de brinquedos, 24 de Setembro.
- No âmbito do “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos” conferência na Fundação Mário Soares, “Religiões, Diversidade e Não-discriminação” e Jantar -Tertúlia no Martinho da Arcada sobre o mesmo tema, 19 de Outubro.
- Tertúlia da no quadro Presidência Portuguesa da União Europeia, por ocasião da Cimeira UE – Rússia: moderação do debate no Fórum Picoas Plaza, com Diana Andringa e João Carlos Barradas, gravado pelos alunos da Escola Superior de Com Social, e transmitido no Espaço Universidades, rtp2,(site:www.e-dois.ipl.pt) a 29 de Novembro;
- 31 de Outubro: CIG- reunião preparatória do evento de encerramento do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos a 28 e 29 de Novembro;
- reunião da comissão promotora do congresso feminista, Universidade Nova de Lisboa, 10 de Novembro.
- Universidade Aberta, participação na conferência “Igualdade de Género”, 28 de Novembro.
- Homenagem a Julieta Gandra, Museu da Resistência, 14 de Dezembro.
- “A Declaração Universal e os Direitos Humanos, a Evolução de 1948 a 2007”, Conferência comemorativa da aprovação da DUDH (Universidade Lusíada, 10 de Dezembro de 2007);
- “The Challenge of Good Governance: Tackling Human Rights Issues”, integrado na Conferência Internacional *Linking Human Rights and Development: A Strategy for Africa* (Centro Europeu Jean Monnet, 6 de Dezembro de 2007);
- “Direitos Humanos e Cidadania Global: Que Compromissos?”, colóquio no Programa Todos Diferentes Todos Iguais (Centro Cultural Gonçalves Sapinho, Benedita, 9 de Novembro de 2007);
- “A Cooperação Civil – Militar na Óptica da Amnistia Internacional”, no âmbito do CIMIC (Civil and Military Cooperation), curso de preparação para Forças Militares Destacadas para Teatros de Operações Internacionais no âmbito das Nações Unidas, NATO, UEO e UE (Escola Prática de Engenharia, Tancos, 7 de Novembro de 2007);
- “A União Europeia e as relações com África”, Mesa Redonda organizada pelo Instituto de Defesa Nacional e o EuroDefense – Portugal, no quadro da estratégia da Presidência Portuguesa da União Europeia (Auditório 2 do IDN, 17 de Outubro de 2007);

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

- “Imigração: Direitos Humanos e Desenvolvimento Económico e Social”, integrado no colóquio *Construir a Cidade Intercultural*, V Encontro da APEDI, Associação de Professores para a Educação Multicultural (Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 13 de Julho de 2007);
- “EU - Presidencies” e “Asylum and Migration European Policies”, *workshops* realizados no quadro da Assembleia Geral da secção alemã da Amnesty International (AI German AGM, Universidade Técnica, Munique, 26 de Maio de 2007);
- “A Filha Rebelde”, colóquio/debate realizado no âmbito da campanha *Mulheres Activistas* (Teatro Nacional D. Maria II, 18 de Maio de 2007)
- “Missões Humanitárias”, colóquio inserido nas XXI Jornadas de Política Social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-UTL, 18 de Abril de 2007);
- “A Violação dos Direitos Humanos a Pretexto da Luta Antiterrorista”, Sessão de Informação e Debate da Associação 25 de Abril e do Tribunal - Iraque (Associação 25 de Abril, 25 de Janeiro de 2007);
- Sessão “O poder do poema”, no âmbito da poesia e direitos humanos, 21 de Março, Espaço Noesis, Ministério da Educação (âmbito do projecto Viver os DH).

Protocolos

IRS

O Instituto de Reinserção Social mostrou indisponibilidade de continuar a parceria em 2007.

RTP 2:

A AI Portugal fez-se representar no Secretariado do Conselho de Acompanhamento da RTP2, para o protocolo entre os parceiros e a 2., e também no Conselho de Acompanhamento, pela Vice-Presidente, que participou em todas as reuniões do ano.

Realizou-se uma reunião com a produtora do programa no sentido de fazer um balanço sobre o programa e o seu novo formato, bem como saber dos próximos temas que a AI Portugal gostaria de ver abordados.

No seguimento desta reunião foi enviado o plano trimestral dos temas propostos pela AI para serem abordados no programa. Assim, dos temas propostos com base nos dias internacionais, foi solicitada a nossa participação nos seguintes programas:

No dia 6 de Fevereiro, no programa sobre “Violência sobre as Mulheres”, participou Sofia Branco – a convite da AI em estúdio. No dia 8 de Março, no programa “Mulheres na Igreja”, participou Cláudia Pedra em reportagem gravada. No dia 13 de Março, no programa sobre “Microcrédito”, participou Filipe Páscoa em reportagem gravada. No dia 22 de Março, no programa sobre “Assédio no local de trabalho” participou Teresa Cláudia Tavares em reportagem gravada.

De Abril a Junho a AI participou nos seguintes programas do “Sociedade Civil”:

No dia 12 de Abril, participação de Maria Cidália Figueiredo no programa “O Direito a ser Imigrante”; Dia 11 de Junho, participação de Victor Nogueira no programa “Discriminação: Orientação Sexual”.

Durante Agosto o programa da “Sociedade Civil” esteve encerrado para férias. Entre Julho e Dezembro a participação da AI neste programa resumiu-se à gravação de reportagens.

Assim, foram gravadas duas reportagens, uma a propósito do “Dia de Acção Global por Darfur” e outra sobre a “Troca de brinquedos”. Ambas as peças passaram mais do que uma vez e a apresentadora referiu várias vezes as acções aquando da leitura da agenda das actividades dos parceiros. Na agenda divulgaram sempre as actividades promovidas pela AI ou aquelas em que a organização participou.

CNOTINFOR

O jogo “A Ilha das Algas Mágicas” começou a ser comercializado na FNAC e respectivas sedes. As Câmaras Municipais de Câmara dos Lobos, Alvito, Mora, Évora, Vieira do Minho e Faro também adquiriram o jogo para promoverem a EDH às crianças do Conselho.

PC&A

Ao longo do ano a PC&A contribuiu diversas vezes com pareceres e perícia sobre assuntos da área de marketing. Desenvolveu ao longo do ano uma grelha de medição de impacto quantitativa e qualitativa para as várias áreas, que foi testada e melhorada e que começará a ser usada a partir de 2008.

APEE

O protocolo com a Associação de Ética Empresarial assumiu várias parcerias na área da responsabilidade social das empresas e colaborações em vários fóruns e conselhos (**ver RSE**).

Simmons & Simmons, Rebelo de Sousa Lda.

A parceria com esta empresa continuou com apoio jurídico na renovação de contratos, redacção de protocolos e outros pedidos de semelhante teor.

Ministério da Educação - Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

Continuação do projecto “Viver os Direitos Humanos”, um projecto de apoio às escolas com núcleos ou clubes de direitos humanos, no desenvolvimento de projectos e de materiais para os mesmos. No projecto inscreveram-se 38 escolas de todo o país e foram realizadas sessões de formação várias em todo o país. (**ver projecto Viver os DH**)

ASA

A Asa Editores apresentou uma proposta à AI Portugal para doar a totalidade da receita proveniente do livro do escritor Amos Oz, depois de expurgada a comissão do livreiro que varia entre 15 e 20%. O preço previsto de venda é de 5€.

Projecto Universidades

Foram assinados 24 protocolos com associações de estudantes a nível nacional para que estas entidades dinamizem as várias acções da AI Portugal nas Faculdades.

Este projecto, numa fase inicial, não tem o intuito de angariar fundos mas sim de divulgar o trabalho da AI Portugal.

Projecto Câmaras Municipais

Foi estabelecido o contacto com 47 Câmaras Municipais a nível nacional tendo como objectivo criar uma parceria para que estas entidades dinamizem junto da sua comunidade as acções da AI Portugal. Neste momento estamos a trabalhar directamente com 3 Câmaras Municipais, de modo a envolvermos os funcionários camarários activamente nas acções da AI Portugal.

Pobreza Zero

Ao longo de 2007 foi criado um consórcio de organizações para dar um novo dinamismo à campanha protagonizada pela OIKOS. Este consórcio é composto pela Amnistia Internacional, Quercus, OIKOS e Médicos do Mundo. Ao longo do ano houve iniciativas de divulgação conjunta e eventos, em especial em torno do Dia Mundial pela Erradicação da Pobreza. Até ao final de 2007 não tinha, no entanto, sido formalizado o protocolo entre as quatro instituições com a assinatura do memorando de entendimento pelos presidentes da Direcção.

Manpower

A Manpower continuou a trabalhar com a AI Portugal no recrutamento e selecção de possíveis candidatos a recrutadores da AI no projecto Face to Face.

IndieLisboa

Apesar da participação da AI Portugal no INDIELisboa desde a primeira edição, a AI Portugal firmou o protocolo com a INDIELisboa no início de 2007, com uma duração de dois anos, para assegurar o apoio regular e a continuação do Prémio Amnistia Internacional para o filme que melhor fale da temática da dignidade humana.

Agências publicitárias

A W Portugal, Euro RSG, J. Walter Thompson e McCann Ericsson continuaram a conceber as campanhas de comunicação da AI Portugal sobre as várias acções e campanhas do ano, tendo disponibilizado os seus serviços criativos gratuitamente, assim como a sua facilidade de colocação dos meios.

Protocolo com ECA Iberia

Em 2007 foi renovado o protocolo com a Rede Euronatura no que diz respeito à participação da AI Portugal enquanto responsável pela área Direitos Humanos no projecto ECA Iberia – Campanha pela reforma das Agências de Crédito à Exportação.

Para além de participar com o trabalho técnico a AI Portugal receberá uma verba de 2500€ e participará em 2008 no Fórum ECA Internacional que se realizará em Londres.

Protocolo Movijovem

A AI Portugal estabeleceu um protocolo com a Movijovem que se consubstancia num desconto de 20% para os seus membros em toda a rede de Pousadas da Juventude. A face visível deste protocolo foi a realização do Campo de Trabalho de 2007 na Pousada de S.Pedro do Sul.

Portal “Causas.net” - LPM Comunicações

O Portal “Causas.net” – uma iniciativa da LPM Comunicação é um portal que promove e divulga causas sociais.

Em Maio de 2007 foi assinado um protocolo com este portal e que se traduz numa parceria de comunicação que possibilita uma melhor divulgação das nossas acções e levar a um impacto maior nos meios de comunicação. O primeiro momento de comunicação realizada em conjunto foi o lançamento da Presidência Portuguesa da União Europeia em Junho de 2007. Daí até ao fim do ano realizaram-se mais 12 acções. (em anexo encontra-se uma listagem das acções e respectivos meios em que foram publicadas).

Lista de organizações clientes do Causas.net

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

9. Conclusões

Este relatório, relativamente exaustivo, corre o risco de mostrar a floresta, mas esquecer algumas das melhores árvores. Corre também o risco de desincentivar o potencial leitor a percorrê-lo, da sua extensão descritiva omitir os aspectos porventura mais relevantes, de, no fundo, o Relatório não ser um verdadeiro instrumento de informação e avaliação.

Parece paradoxal dizer isto, quando todos queremos mais informação e transparência. Teremos que discutir e melhorar os modos de partilhar a nossa informação, transmitindo o essencial e fortalecendo simultaneamente a participação e o activismo, mas também a democracia, a prestação de contas e a transparência.

Temos a noção que a arquitectura e a lógica de um relatório como este pode não enfatizar acções importantes que foram feitas, como o campo de trabalho para jovens, o trabalho da e para a juventude, a criação ou manutenção de estruturas de base como o co-grupo da China, os grupos locais ou de estudantes, a dimensão do trabalho com os media, todo o imenso trabalho realizado pelos nossos dedicados funcionários, entre outros. O superlativo trabalho da nossa Directora Executiva tornou possível muito do trabalho que este Relatório reflecte e é justo reconhecer.

A situação internacional em matéria de direitos humanos e a evolução da Amnistia Internacional como uma entidade progressivamente globalizada vão trazer-nos novos desafios: o desenvolvimento de uma cultura de maior abertura ao exterior, de transparência e parcerias a outras entidades e actores, uma maior responsabilização social, o tratamento de novos direitos, a investigação de abusos no nosso meio mais próximo, a experimentação de formas inovadoras de activismo e de liderança no nosso movimento.

E precisamos, e queremos, continuar a crescer em membros, recursos e activismo.
Vamos fazê-lo!

A Direcção da AI Portugal
Março de 2008